



**Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 20/02/2018

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, em convocação para realização da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ) no período das catorze às dezoito horas, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, rua Afonso Cavalcanti, 455, bloco 1 - 6º andar, sala 649, reuniu-se pelo segmento dos usuários – **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro - FAAPERJ); conselheiro Jorge Agostinho de Almeida Neto (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro); conselheiro suplente Alberto Timóteo da Mata Virgem (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro); conselheiro Carlos Norberto Varaldo (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite C); conselheira suplente Ananda Lopes Carneiro Gonzalez (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite C); conselheiro suplente Paulo Gomes Soares (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheiro suplente José Thomaz da Conceição (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheiro Mauro André dos Santos Pereira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2); conselheira suplente Marília Mateus Pinheiro (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3).** Pelo segmento dos profissionais de saúde – **conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro- SASERJ); conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Elizabeth Guastini (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro – SINDENFRJ); conselheira Sheila Aguiar Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINFERJ); conselheiro Alexandre Oliveira Telles (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED); conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do RJ – SINFITO); conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI).** Pelo segmento dos gestores/ prestadores de serviços – **conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Lúcia Maria Lafayette Rodrigues Pereira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Carla Lopes Porto Brasil (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Cristina Guedes Veneu (Viva Rio); conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente ao Portador de Necessidades Especiais – FAMAD) e conselheira Edna Corrêa Moreira (Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO).** A reunião iniciou-se em segunda e última convocação às 14 horas e 30 minutos de acordo com o Regimento. O **Secretário Executivo David Lima** cumprimentou a todos. Informou que as conselheiras Edileusa Braga, Margarida Frouf e Sônia Nascimento não poderão comparecer por problemas de saúde e pediram para justificar suas faltas. Inclusive a conselheira Sonia Nascimento enviou uma foto que demonstra estar com conjuntivite. Esses são os informes que recebeu. Logo após informou a composição da Mesa de coordenação dos trabalhos: Presidência do Conselho, conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes. **Comissão**

Executiva: Usuários - conselheiro Geraldo Batista de Oliveira e conselheira Júlia Daniela de Castro que estará substituindo a conselheira Edileusa Braga com a função de secretariar. Profissional - conselheira Sheila Marino substituindo temporariamente a conselheira Miriam Andrade que terá a função de controlar o tempo. Gestor/ Prestador - conselheiro Jaciano Santiago com a função de fazer a leitura da pauta. Antes de passar a coordenação dos trabalhos para a Presidência da Mesa, o **Secretário Executivo David Lima** explicou o porquê da reunião está sendo realizada em outro local. Informou que o Auditório Meri Baran entrou em reforma de diminuição na sexta-feira passada. Por esse motivo, não quis correr o risco e ainda bem que não correu, pois naturalmente a reforma não ficaria pronta a tempo para hoje. Então excepcionalmente transferiu o local da reunião para a sala 649. Esclareceu que embora seja uma sala desconfortável, menor e mais apertada, no momento era a que tinha disponível, inclusive tentou levar a reunião para o auditório do Centro Administrativo do CASS mas já estava ocupado. Entretanto, conseguiu que cedessem o auditório do CASS para a próxima reunião ordinária no mês de março e também para a extraordinária no mesmo mês. Devido a esses fatos teremos que esperar que o Auditório Meri Baran volte a funcionar. Entretanto, teremos que verificar se terá condições de comportar os membros do Conselho Municipal de Saúde. A **conselheira Maria José Peixoto** interrompeu inesperadamente o informe do Secretário Executivo dizendo que o Conselho Municipal de Saúde é aberto à sociedade e tem que ter uma sala, pois não adianta fazer plenária aonde não cabe o povo. Prosseguindo, concluindo o informe agradeceu e passou a direção dos trabalhos para a **Presidenta Fátima Lopes** que cumprimentou e desejou boas vindas aos presentes. O **conselheiro Jaciano Santiago** cumprimentou a todos e fez a leitura da pauta: distribuição das Atas de 12/12/2017 e 09/01/2018. 1) Deliberação da Ata de 14/11/2017. 2) Deliberação dos Processos 09/003628/2016 - Assunto: Solicitação de Habilitação em Laqueadura Tubária do Instituto Nacional Fernandes Figueira – AP. 2.1. Processo 09/000736/2016 - Assunto: Centro de Estudos e Pesquisas Oculistas Associados – CEPOA, apresentação de documentos para Chamada Pública nº 09/2015 – Oftalmologia – AP. 2.1. 3) Processo 09/002229/2017 - Assunto: Edital de Convocação Pública de Prestadores de Serviços possuidores de dívidas tributárias passíveis de compensação nos Termos do Decreto Rio 42.928/2017 e 43.119/2017 para ciência. 4) Deliberação do Regimento Interno da Comissão Executiva – 15 minutos. 5) Apresentação do Observatório Social do Brasil – Rio de Janeiro – 20 minutos. 6) Esclarecimentos da Gestão da SMS sobre falta de medicamentos na rede, redução do número de leitos, falta de porteiros nas unidades básicas de saúde, mudança de subsecretário e introdução de nova subsecretaria, suspensão de serviços laboratoriais e de imagens nas unidades básicas de saúde, perdas de serviços e demandas do SISREG – 30 minutos. 7) Eleição de um membro do segmento usuário para a Comissão Executiva – 20 minutos. 8) Ofício S/SUBREG/CGCA Nº 141/2018. Para ciência do Colegiado, cópia do 2º Termo Aditivo ao Contrato assinado entre o Município do Rio de Janeiro através da SMS e a UNIRIO/Hospital Universitário Gaffrée e Guinle – 05 minutos. 9) Comissão de Educação Permanente – 30 minutos. 10) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 10 minutos. 11) Informes da Secretaria Executiva - 10 minutos. 12) Informes do Colegiado - 30 minutos. A **Presidenta Fátima Lopes** colocou a pauta em votação que foi aprovada pela maioria simples dos presentes. Dando prosseguimento, colocou em votação a deliberação da Ata de 14/11/2017 que foi aprovada pela maioria simples dos presentes. O **conselheiro Jaciano Santiago** fez a leitura do ponto dois: Deliberação do processo 09/003628/2016. Assunto: Solicitação de Habilitação em Laqueadura Tubária do Instituto Nacional Fernandes Figueira – AP. 2.1. Antes de passar para os autos do processo, o conselheiro explicou que a Habilitação é um registro do Ministério da Saúde que as unidades de saúde precisam ter para poder realizar os procedimentos ou/e os exames. Então o Instituto Nacional Fernandes Figueira está solicitando a Habilitação para poder realizar laqueadura tubária e receber pelo SUS. Ressaltou que o trâmite vem para o Município do Rio de Janeiro que verifica os documentos, encaminha para a Secretaria Estadual de Saúde que faz uma nova análise e encaminha para o Ministério da Saúde. Portanto, ao Município do Rio de Janeiro cabe receber os documentos iniciais das resoluções das Portarias que regulamentam cada habilitação e, em seguida tramitar para o Estado. Em seguida fez um resumo da análise do processo. A **conselheira Maria José Peixoto** perguntou se tem estimativa do quantitativo mensal ou anual de laqueadura no processo. O **conselheiro Jaciano Santiago** disse que essa é a fase de habilitação para os prestadores. A **conselheira Maria José Peixoto**

interrompeu o conselheiro Jaciano Santiago dizendo que está falando de habilitação. Prosseguindo, o conselheiro disse que a fase de contratualização vem depois. Primeiro os prestadores vão se habilitar mostrando que têm capacidade de fazer o serviço, mas quando o Ministério da Saúde der a habilitação a eles, será a capacidade física instalada que irá determinar o número de procedimentos a serem feitos. Nesse momento é habilitação não é referente ao número de exames e procedimentos a serem realizados que se dará depois que os prestadores tiverem habilitação, isso se o Ministério da Saúde der. O conselheiro tentou prosseguir, mas a conselheira Maria José Peixoto disse que os conselheiros estarão reabilitando o Instituto Nacional Fernandes Figueira. O **conselheiro Jaciano Santiago** interrompeu dizendo que não é assim. Ressaltou que estão analisando os documentos da solicitação dos prestadores para ter habilitação, depois os documentos são encaminhados para o Estado que encaminha para o Ministério da Saúde, que por sua vez, se concordar emitirá a Portaria dizendo que os prestadores estão habilitados. Feito isso os prestadores podem ofertar o serviço, antes disso não, mas quando os prestadores ofertarem, cada um terá que dizer quantos procedimentos gostaria de realizar e a SMS irá analisar se tem essa necessidade. A **Presidenta Fátima Lopes** permitiu que a conselheira Miriam Andrade complementasse e endossasse a fala da conselheira Maria José Peixoto. A **conselheira Miriam Andrade** disse que o Instituto Nacional Fernandes Figueira é da esfera Federal, mas eles têm os encaminhamentos muito restritos para os usuários. É isso que vejo no dia a dia. Prosseguindo disse que a preocupação da conselheira Maria José Peixoto é de entrar com o processo para ser habilitado sem saber quando e quantos procedimentos de laqueadura serão oferecidos. O **conselheiro Jaciano Santiago** interrompeu dizendo que foi isso que esclareceu. A **conselheira Miriam Andrade** respondeu que entendeu, mas disse que quando se pede um credenciamento no processo já deveria vir o quantitativo. O **conselheiro Jaciano Santiago** respondeu que não vem, porque os prestadores estão solicitando para serem habilitados para executar o procedimento o que significa que estão relatando que têm perfil, recursos humanos e infraestrutura. Então é feita a análise que é encaminhada pelo Estado, que por sua vez faz outro tipo de análise e depois o Ministério da Saúde é que decide se eles estarão habilitados. A partir do momento em que forem habilitados podem entrar com uma solicitação de contratualização com relação aos procedimentos em que foram habilitados. A partir daí os prestadores irão dizer a capacidade instalada. Quando os prestadores solicitarem a auditoria irá verificar se eles têm condições de fazer o que estão dizendo mas só a partir do momento em que os prestadores estiverem habilitados em um determinado procedimento para realizá-lo é que poderão dar entrada na solicitação de convênio de contratualização. O **conselheiro Ludugério Silva** pediu licença para complementar a fala da conselheira Maria José Peixoto. A **Presidenta Fátima Lopes** disse ao conselheiro que a dinâmica começou com o esclarecimento. Então perguntou à plenária se querem abrir os informes sobre esse processo agora ou irão esperar fazer a leitura de cada processo e depois, da aprovação, abrir os informes. O **conselheiro Ludugério Silva** disse que pretendia tentar ajudar a resolver, mas se não é possível. A **conselheira Maria José Peixoto** disse não ter mais dúvidas. A **Presidenta Fátima Lopes** explicou ao conselheiro que não disse que era impossível porque está fazendo à dinâmica e pediu ao conselheiro para fazer uso do microfone. O **conselheiro Ludugério Silva** disse que gostaria que sua fala ficasse gravada porque uma vez aprovado pelo Estado e pelo Ministério da Saúde como já foi dito, posteriormente é que vai ser discutido ou vai ser dito qual será o quantitativo. Indagou se o processo irá voltar para o Conselho Municipal de Saúde ter acesso para os conselheiros se manifestarem. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que se o processo passou, em parte, nos Conselhos Distritais acredita que não tem o menor problema porque entende que o Instituto Nacional Fernandes Figueira é uma grande Instituição e vai fazer um bom trabalho. Esse é o primeiro ponto a ser dito, pois acima de qualquer suspeita até a página cinco do processo. Quando o processo chegar ao Conselho Municipal de Saúde, normalmente vêm propondo quantos atendimentos estão previstos, quantos leitos estão previsto etc., seja para CTI, seja de coronariana, seja de pediatria etc. Prosseguindo, disse para o conselheiro Jaciano Santiago que achou estranho o processo ter sido encaminhado para a Secretaria Municipal de Saúde e depois para o Conselho Municipal de Saúde porque faltou o quantitativo previsto para o Instituto Nacional Fernandes Figueira (IFF) fazer para cumprir o que está no contrato. Ressaltou que não basta os conselheiros aprovarem. Não basta está escrito no papel que fez e não foi feito porque os conselheiros querem ver isso funcionando. Por isso, o Conselho Municipal de

Saúde vai fiscalizar. Afirmou que entendeu a colocação feita pelo conselheiro Jaciano Santiago, mas não conseguiu entender esse caminho e para não criar polêmica ficou calada, mas reafirmou que no processo falta a previsão do quantitativo de atendimento que o IFF se propõe a fazer. Finalizando acha que os conselheiros não têm nada contra o IFF, ao contrário. O **conselheiro Geraldo Batista** disse que é a habilitação do processo que os conselheiros irão votar. Ressaltou que essa dúvida era para ser colocada mesmo, pois já que a folha veio em branco e tem que colocar na folha que foi habilitado. Perguntou ao conselheiro Jaciano Santiago se não pode incluir essa observação, essa solicitação da habilitação na folha em branco. O **conselheiro Jaciano Santiago** esclareceu que é um processo de habilitação, uma solicitação de habilitação para realizar procedimentos. Existe normativa do Ministério da Saúde de como proceder nesses casos como foi citado no início: “trata-se de solicitação de abertura de processo administrativo de habilitação em laqueadura tubária, de acordo com os requisitos da Portaria do Ministério da Saúde nº 048 de 11/02/1999”, ou seja, no processo segue a documentação e as normativas definidas para cada habilitação já que existe habilitação para todos os procedimentos. Como já havia dito, nesse momento não cabe número de procedimentos e de exames porque isso só será verificado quando a Instituição seja para qualquer procedimento que esteja desejando contratualizar com a Instituição do Município do Rio de Janeiro; a Secretaria de Estado, então nesse momento, depois de habilitado, informar o quanto gostaria de ofertar. Ressaltou que é outro processo porque a Auditoria irá verificar junto a Instituição se ela tem condição física de realizar a quantidade de procedimentos que está ofertando porque não é um processo de contratualização, mas sim de habilitação. A **conselheira Maria José Peixoto** interrompeu dizendo que entende, mas não concorda porque é de praxe. A **Presidenta Fátima Lopes** pediu um tempo, mas a conselheira disse que quer falar porque os conselheiros não podem ser convencidos sem uma coisa lógica. Prosseguindo, a Presidenta respondeu que iria falar isso agora. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que é de praxe vir o número de atendimentos quando se solicita o credenciamento no Conselho Municipal de Saúde e que vem com o número de atendimentos, por exemplo: “o Instituto Nacional Fernandes Figueira propõe realizar cinquenta procedimentos de laqueadura por mês”. Pode até fazer menos procedimentos, mas seja qual for o número tem que ter um quantitativo. Essa coisa de um processo ir e voltar a Secretaria para ser encaminhado para o Ministério da Saúde fazer a habilitação. Prosseguindo disse que a laqueadura é mais um dentre vários procedimentos. O Ministério da Saúde tem seus procedimentos, as suas regras a seguir, mas os conselheiros também têm regras a seguir. Claro que os conselheiros irão credenciar o IFF para realizar, mas quantos procedimentos mensais ou anuais serão realizados, pois é isso que quer saber já que é uma Instituição que merece o respeito de todos, porém, como é legal e, é de praxe, tem que vir o quantitativo de procedimentos mensal previsto para os conselheiros aprovarem somente para a população da Cidade do Rio de Janeiro. Então não pode chegar pessoas de outros municípios para entrarem na cota prevista para a Capital. O **conselheiro Jaciano Santiago** disse que estão falando de “a” e “b” ou seja, estão falando de processos totalmente diferentes porque nenhum processo de habilitação vem com quantitativo. Ressaltou que já foram lidos dezenas de processos no ano passado e nenhum veio com quantitativo porque o que vem com quantitativo são os processos de contratualização. Essa é a questão porque estão confundindo os dois processos, pois o processo de habilitação não vem com quantitativo. Informou que não irão credenciar, pois quem credencia é o Ministério da Saúde, enquanto que nós apenas avaliamos a etapa municipal, o que compete à etapa municipal dentro da Portaria, porque dentro da Portaria tem uma parte que cabe ao Município do Rio de Janeiro. A outra parte cabe a Secretaria de Estado e ao Ministério da Saúde. Reafirmou que quem credencia é o Ministério da Saúde e não a SMS. A **conselheira Maria José Peixoto** interrompeu mas o conselheiro **Jaciano Santiago** disse que esperou a conselheira falar para poder se manifestar. Prosseguindo, disse que estão analisando se a documentação emitida para essa etapa está de acordo, pois é isso que compete nesse momento, à documentação está de acordo, é isto. A **Presidenta Fátima Lopes** disse que o Instituto Nacional Fernandes Figueira é uma unidade Federal, mas existem serviços municipalizados, aliás, a doutora Paula da AP-2.1 sabe disse, pois foi Coordenadora dessa área. Então o IFF já prestava serviço ao Município do Rio de Janeiro apesar de receber demandas de outros municípios. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que o IFF sempre prestou serviço ao Município do Rio de Janeiro porque como qualquer outra Instituição Pública não pode

recusar atendimento a Sociedade. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto: o Instituto Nacional Fernandes Figueira é uma grande Instituição da AP-2.1 que vem propondo receber e fazer o atendimento, aliás, já deve estar fazendo. A **Presidenta Fátima Lopes** disse que já teve uma experiência própria no IFF, pois sua filha foi encaminhada pelo Município do Rio de Janeiro para levar o filho, seu neto para se tratar com a Neurologista. Essa unidade já prestava serviço de alta complexidade para o Município do Rio de Janeiro. Então subentende que agora vai assinar o contrato a nível municipal. Por isso, que foi para o CDS da AP. 2.1 e veio para o CMS/RJ. Isso é o que crê e está afirmando pela experiência que teve por ser uma unidade Federal, pois a mesma presta serviços ao Município do Rio de Janeiro. Informou que todos os municípios que prestam serviços pelo menos isso é o que sabe e o que ouviu, o município cobra pelo serviço prestado. Esclareceu que a tramitação do processo ficou meio confusa porque já havia um processo. Quando vem um credenciamento de oferta de serviços, ele vem numa apostila menor com poucas explicações e isso já gerou um processo. Informou que a Comissão Executiva analisou o processo e cabe aos conselheiros entenderem o mecanismo, a máquina que isso está funcionando e o entendimento foi que é para prestar serviço ao Município do Rio de Janeiro. Por isso, a Unidade Federal também acha que o Município do Rio de Janeiro deva fazer isso. É o que subentende. O **conselheiro Jaciano Santiago** disse que o trâmite é o mesmo para qualquer Instituição no município para quem deseja ser habilitado, ou seja, encaminhar para a Secretaria Municipal de Saúde que depois encaminhará para Secretaria Estadual de Saúde, que por sua vez, encaminhará para o Ministério da Saúde para ser habilitado. Entretanto, fazer ou não a contratualização da oferta de serviços é outra questão, mas não significa, não está vinculada a prestação de serviços depois, porque está vinculada, apenas para levar o processo para a habilitação. Então a partir da habilitação a Instituição vai resolver com o Ente Federativo que se tiver que fazer uma contratualização que faça. O **conselheiro Geraldo Batista** disse que estão questionando a Comissão Executiva sobre o processo mas esclareceu que quando o processo passou pela Comissão Executiva, ainda não tinha chegado à reunião, mas quando chegou para a reunião com atraso os processos já tinham sido colocados em pauta. Prosseguindo, disse ao conselheiro Jaciano Santiago que está entendendo o que a conselheira Maria José Peixoto falou, pois é um Órgão Federal que oferece serviços para todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro. Ressaltou que os presidentes dos Conselhos Distritais presentes estão cansados de receberem notificação do Ministério Público perguntando sobre serviços que foram habilitados no CMS/RJ porque tem uma fila imensa no SISREG. Essa é a dúvida porque o serviço é habilitado e o usuário fica um, dois, três anos aguardando na fila e ao saber disso o Ministério da Saúde encaminha ofício para a SMS que responde que o serviço está habilitado para a Instituição, seja federal ou estadual. Disse que a toda hora o Ministério Público questiona os presidentes distritais o por quê o usuário ter que aguardar um ano, dois anos na assistência para usar o serviço se o mesmo como foi informado pela SMS está habilitado, essa é a questão. Como o conselheiro Jaciano Santiago já falou toda vez que é feita uma habilitação de serviços nunca vem à estimativa do quantitativo de procedimentos e exames para o atendimento. Informou que o Município do Rio de Janeiro sofre ou quem vai parte da intersetorial e interdistrital sofrem com esse problema, pois todos os serviços do Município do Rio de Janeiro são habilitados no CMS/RJ o de outros municípios acha que tem que dar sempre uma salvaguarda porque dizem que o CMS/RJ está rico, pois conseguem ter vários serviços habilitados. No entanto, pessoas de todos os municípios utilizam os serviços até porque é um serviço federal. Portanto, não está sendo habilitado um serviço só para o Município do Rio de Janeiro, essa é a questão que todos têm que tentar rever. O **conselheiro Jaciano Santiago** respondeu que os conselheiros não estão habilitando e sim analisando a etapa dos documentos que compete ao Município do Rio de Janeiro, porque é o Ministério da Saúde que habilita mas essas habilitações não se resolvem em um mês ou dois meses porque dependem da publicação do Ministério da Saúde. A partir de hoje até a publicação tem um tempo que não é determinado pelo CMS/RJ. Em relação aos serviços que já foram habilitados, mas as Instituições Federais não estão ofertando porque é uma briga que já vem há muito tempo e que não tem nada haver com esse processo de habilitação. Prosseguindo, fez a leitura do processo 09/000736/2016 - Assunto: Centro de Estudos e Pesquisas Oculistas Associados – CEPOA, apresentação de documentos para Chamada Pública nº 09/2015 – Oftalmologia – AP-2.1. Em seguida fez um resumo da análise do processo. Prosseguindo, fez a leitura do ponto

três: Processo 09/002229/2017 - Assunto: Edital de Convocação Pública de Prestadores de Serviços possuidores de dívidas tributárias passíveis de compensação nos Termos do Decreto Rio 42.928/2017 e 43.119/2017. Informou que o processo é para ciência porque foi encaminhado pela Subsecretaria de Regulação após a Chamada Pública, as Unidades que foram inscritas não foram aprovadas. Depois citou os nomes das Unidades que foram inabilitadas. Em seguida, fez um resumo da análise do processo. A **Presidenta Fátima Lopes** colocou em votação os processos 09/003628/2016 e 09/000736/2016 referentes ao ponto dois e foram aprovados por maioria simples dos presentes. Prosseguindo, afirmou que o processo **09/002229/2017** referente ao ponto três foi lido para que os conselheiros tomassem ciência. Consultou à plenária para saber se o ponto seis poderia ser apresentado agora porque a doutora Paula e seus assessores terão uma reunião. O pleno concordou. A **Presidenta Fátima Lopes** fez a apresentação das palestrantes: doutora Paula Travassos, doutora Claudia da Silva Lunardi e doutora Carla Brasil. O **Secretário Executivo David Lima** enumerou o ponto seis para ficar mais claro. Primeiro ponto: Esclarecimentos da Gestão da SMS sobre falta de medicamentos na rede. Segundo: Redução do número de leitos. Terceiro: Falta de porteiros nas unidades básicas de saúde. Quarto: Mudança de subsecretário e introdução de nova subsecretaria. Quinto: suspensão de serviços laboratoriais e de imagens nas unidades básicas de saúde. Sexto: perdas de serviços e demandas do SISREG. Nesse momento, a **Presidenta Fátima Lopes** pediu o favor para a doutora dar início à apresentação. A **doutora Paula Travassos** cumprimentou os presentes. Informou que chegou à SUBPAV no dia dezoito de janeiro e tem dezoito anos de Secretaria. Disse que pertence ao quadro permanente e é servidora municipal e está presente para somar com o Pleno. Com relação ao primeiro esclarecimento citado que é a falta de medicamentos na Rede, o que tem para dizer é que hoje têm oitenta por cento de abastecimento no almoxarifado central que chamam de TPC. Têm vinte serviços que estão com registro de preço ativo, outros dezoito estão empenhados e tem entrega programada para o dia vinte e três de fevereiro mas os outros fornecedores relataram problemas com a matéria prima e/ou estão aguardando regularização de pagamentos de notas em atraso. Prosseguindo, disse que estão com desabastecimento pontual de medicamentos em especial os medicamentos da saúde mental que são clonazepam e diazepam e também a azitromicina. Entretanto, têm em estoque os outros medicamentos da grade porque as unidades foram abastecidas mas os medicamentos que tinham no final do ano passado até o início do mês de janeiro já não têm mais porque essa atualização aconteceu ontem às cinco horas da tarde. Sobre a falta de porteiros nas unidades básicas de saúde que é o terceiro ponto, informou que tem algumas áreas da cidade que não trabalham com porteiros porque trabalham com câmeras de segurança, câmeras de vigilância. Também têm outras unidades que são de tipo “b”, são da administração direta e que têm os vigilantes mais ainda têm unidades “a” e “b” que trabalham com porteiros. Esclareceu que no início do ano houve algumas faltas pontuais porque os porteiros estavam com os salários atrasados mas hoje não acontece isso porque todos os porteiros estão trabalhando e aquelas unidades que tinham vigilantes estão sem. Entretanto, é bom esclarecer que desde o ano passado, aliás, na verdade em 2016 fizeram a opção por ter câmeras de segurança em todas as unidades porque facilita a identificação de algumas pessoas que precisam cuidar e tratar mas também diminui o valor que é pago tanto para vigilante como para porteiro. Explicou que foi uma opção que fizeram entendendo que era para guardar a unidade, o patrimônio, as pessoas mas também por uma necessidade de economia. Sobre a mudança de subsecretário e introdução de nova subsecretaria, informou que está substituindo a doutora Claudia Nastari desde o dia dezoito de janeiro. Sobre a suspensão de serviços laboratoriais e de imagens nas unidades básicas de saúde informou que tiveram um problema na cidade como um todo mas em relação à imagem, raio-x e ultrassom não deixaram de ofertar para a população, apenas ofertaram menos turnos do que ofertavam antes mas os pacientes continuam sendo inseridos na Central de Regulação e os procedimentos agendados para fora da área quando necessário. Entretanto, quando foi feito o pagamento para as Organizações Sociais essa oferta de serviços voltou a ser regularizada na cidade, apesar de ainda não estarem com força total está muito diferente do final do ano e do início de janeiro. Informou que em relação aos serviços de laboratório, trouxeram tudo detalhado já que tiveram uma dificuldade de entendimento no CMS/RJ, depois os conselheiros podem até esclarecer isso. Informou que não tiveram uma interrupção de serviços de laboratórios, pois o que houve foi um problema com a substituição de um laboratório na AP-3.1, 3.2 e 3.3 que durou quatro ou

cinco dias e esse laboratório foi substituído pelo laboratório ADCLIN e os serviços estão em funcionamento já que foram informados, inclusive pelas Coordenações de Área que as coletas estão sendo feitas e os resultados estão sendo disponibilizados. Portanto, não identificaram interrupção de serviços em nenhum momento, pois o que houve foi localizado na Zona Norte e com intervalo de pouco tempo. Com relação às questões que cabiam a SUBPAV, são esses os esclarecimentos que têm para os conselheiros e está a disposição. A **doutora Claudia da Silva Lunardi** cumprimentou os presentes. Informou que é da Subsecretaria de Regulação e está se colocando a disposição. Esclareceu que não houve redução do número de leitos na cidade, pois o que tiveram foi uma descontinuidade de alguns leitos ao longo do tempo, exatamente pelas dificuldades financeiras os leitos foram temporariamente bloqueados mas agora estão sendo restituídos e isso gera dificuldade de transferência entre o paciente. Ressaltou que todos perceberam e vivenciaram isso na fase mais aguda, provavelmente do mês de novembro mas nesse momento não tem mais isso. Entretanto, têm dificuldades de aumento da necessidade nas unidades, nos pré-hospitalares e hospitais para transferência e para leitos já que não têm leitos em quantidade porque há leitos que estão impedidos para transferência na Rede Federal, cerca de dez a vinte por cento desses leitos da Rede Federal estão impedidos por dificuldades de recursos humanos ou obra. Então existem menos leitos disponíveis na cidade sim, mais muito por questão estrutural. Prosseguindo, disse que não falará da rede municipal por si e sim da rede pública como um todo porque a rede existe sim. Informou que na semana passada foram ao Hospital Getúlio Vargas e que nem elevador têm porque a licitação ainda não foi regularizada, mas irão resolver isso porque têm mais necessidade de transferência do que eles têm capacidade de transferir já que as unidades ficam mais cheias, pois ficaram com menos leitos, mas não é só por isso. Hoje, quando vão olhar uma solicitação de transferência do CTI para a central de regulação, em média no quarto dia essa demanda já foi atendida de alguma forma mas não está dizendo que isso é bom em virtude do tempo de transferência ser superior a vinte e quatro horas e inferior a cinco dias. Ressaltou que a monitoração é importante para mostrar aonde têm que crescer os serviços porque têm mais pessoas graves entrando nas unidades pré-hospitalares e hospitalares da Rede do que a SMS têm capacidade de transferir, ainda. Entretanto, a SMS tem que mostrar e vai buscar essa eficiência. Concluído, disse que a doutora Carla Brasil irá falar sobre as perdas de serviços e demandas do SISREG. A **doutora Carla Brasil** informou que é Superintendente de Maternidades e irá responder, de forma objetiva acima da questão da Superintendência de Atenção Hospitalar. Acha que todos estão vivenciando um momento bastante tenso porque é funcionária e trabalha há trinta anos na Prefeitura por opção, por escolha, então poderá falar com muita propriedade e responsabilidade sobre as situações que todos estão vivendo porque o ano de 2017 foi bastante difícil, o final de ano foi muito difícil para todos por causa da redução orçamentária, dos cortes que houve com as necessidades de responderem a uma série de coisas no conjunto dessa Rede SUS, que conhecem, mas é claro que isso tem um peso importante. Esclareceu que irá falar um pouco da maternidade que é o lugar de onde veio, porque hoje são responsáveis por noventa por cento dos partos do SUS e têm um conjunto de unidades municipais, sejam unidades de rede própria, sejam unidades de gestão compartilhada de rede de O.S. Também têm os hospitais universitários, têm o IASERJ e os Hospitais Federais; o Hospital dos Servidores do Estado e o Hospital de Bonsucesso e vêm encontrando dificuldades ao longo de suas trajetórias no ano de 2017. Então não foi só a rede municipal que passou por uma fragilidade porque têm uma rede federal que ao longo dos anos vem se fragilizando. Temos hospitais universitários como a UERJ que é um hospital de formação de um conjunto de profissionais como médicos, enfermeiros, assistentes sociais, nutricionistas e outras categorias que estão vivendo uma penúria, inclusive também têm um conjunto de hospitais onde a questão do leito acontece sistematicamente. Isso não nos facilita, não é verdade. Informou que tiveram algumas unidades com dificuldades, por exemplo, a maternidade Gaffrée e Guinle está fechada há um ano e meio e também a maternidade Maria Amélia que fica no Centro da Cidade está superlotada. Então tira a cegonha daqui coloca a cegonha para lá. É este o estado da arte em que estamos vivendo, pois cada unidade que fecha um leito, uma porta, meia porta, como trabalham em rede isso acaba impactando esse conjunto que somos nós hoje, o SUS, na Cidade do Rio de Janeiro. Ressaltou que são totalmente pertinentes as preocupações. Por isso, acha que também têm que ser bastante francos e tranquilos para dizer assim: é bastante pertinente a preocupação de quem somos nós, hoje, nessa Rede SUS e como é

que nós precisamos nos apoiar para sobreviver às dificuldades que encontramos hoje, desde o subfinanciamento até a questão das gestões locais ou das gestões intermediárias e da gestão central. Esclareceu que eles vêm trabalhando com muito esforço para garantir a totalidade de leitos que estão sendo ofertadas, mas em relação às maternidades da rede própria, a maternidade Rocha Faria é bastante frágil. Então foram e ficaram quinze dias seguidos trabalhando juntos, mas houve dois dias de grandes dificuldades que era o domingo e a sexta-feira, mas conseguiram suplantar, inclusive a unidade do Rocha Faria está sob gestão da Riosaúde porque o que irei falar é uma questão pessoal, não está falando mais como Superintendente, mas como funcionária porque acha que foi uma decisão interessantíssima já que podem mostrar que podem fazer diferente, que podem fazer de uma forma mais qualificada; então acha que é isso que estão fazendo. Achou que a fala da doutora Claudia da Silva Lunardi foi bastante transparente em relação aos hospitais em geral. Ressaltou que tiveram dificuldades de repasses das O.S's em algumas unidades, porque teve O.S's que reduziu pessoal e não teve pagamento de dezembro e, essa é a realidade, não adianta dizer estou linda; que somos porque não somos, porque nós e os senhores somos usuários desse Sistema, todos usam esse Sistema. Estamos frágeis, mas com certeza está diferente em relação a dezembro, pois hoje não está tão frágil igual a dezembro, porque já foi feito o pagamento de janeiro e hoje está previsto um pagamento para um conjunto de unidades, um conjunto de O.S's, porque acha que hoje tem um suporte importante da Rede Municipal; cinquenta por cento dos leitos; cinquenta por cento da atenção de média complexidade está na Rede Municipal. Para ser bastante clara, informou que a esfera federal não aumentou o repasse. Em relação à contratualização de algumas unidades, entende sua preocupação e jura que não voltará ao ponto anterior, mas isso tem que está explicitado e poderão chamar os colegas contratualizados para falar no CMS/RJ. Apenas para aproveitar essa parte, disse que está certo que tem que aprovar, mas quem deve falar no CMS/RJ para, cada um, dizer quem sou eu hoje; para quem estou servindo; quais são os leitos que estou disponibilizando para a população; quais são os serviços que tenho porque o prestador também está enfrentando uma série de dificuldades, porque eles estão indo junto nas O.S's para tentar resgatar algumas coisas de serviços. Prosseguiu informando que hoje não têm leitos, inclusive pode não ter oferta total de algumas unidades de O.S's e a cada vez que conseguem regularizar os pagamentos, porque nas O.S's têm profissionais que ficaram sem receber salário e sem receber o décimo terceiro salário. Então foi muito difícil chegarem juntos e entender que o outro não tem dinheiro para a passagem. Isso não é simples, mas entendemos, mesmo sendo gestor tem que entender quem é o outro; aonde é que ele está; de onde vem esse negócio chamado lugar de fala, de que lugar a gente está vindo. A **doutora Carla Brasil** disse que, em relação a Subsecretaria de Atenção Hospitalar era isso que queria falar. Finalizando agradeceu. A **doutora Claudia da Silva Lunardi**, continuando sua fala anterior disse que é exatamente isso porque acompanham o percentual de transferência de pacientes, ou seja, quanto é que a Central de Regulação com completa segurança consegue transferir ao longo do mês. Ressaltou que têm esses relatórios, pois é um relatório que existe na plataforma e que segundo a mesma não tem problema nenhum para o CMS/RJ ter acesso, porque o acesso é apenas de visualização e que fica transparente. Disse que têm um grande hospital que se mantém desde quando foi coordenadora em 2009, chamado Hospital Municipal Ronaldo Gazolla que é o pulmão da rede, porque a estrutura hospitalar é grande e, é o que mais recebe pacientes na rede inteira, tanto pela maternidade quanto (pausa na fala). Quanto à Central de Regulação transfere (nova pausa). Disse o dia em que não tiver vaga no Hospital Municipal Ronaldo Gazolla irá parar a cidade toda, entendem, porque nesse hospital estão os leitos mais complexos que a SMS pode dispor aos seus pacientes, também têm vinte leitos de CTI e têm a maior capacidade, rápida, de resposta da própria maternidade. Então, quando esse hospital não funciona, por qualquer motivo, paralisam grande parte do movimento de transferência entre as unidades. Ressaltou que não sabe se os conselheiros percebem, mas para terem uma idéia o complexo regulador do Município do Rio de Janeiro tira e transfere por dia, por agravamento clínico que atinge as clínicas da família ou unidades pré-hospitalares, no caso são chamadas de setores de urgência, e nas unidades hospitalares que incluiu hospitais que existem na cidade, quer sejam hospitais municipais, federais ou universitários uma média de duzentos e cinquenta transferências entre unidades por dia. Ressaltou que é óbvio que o maior peso é das unidades de atenção primária, onde o paciente agrava, porque como a unidade está muito próxima do paciente é para lá que ele

vai. Então quando ele agrava precisa sair dessa unidade e muitas das vezes, noventa por cento dos pacientes são clínicos e acabam sendo levados às unidades pré-hospitalares da rede, incluindo UPA's, CER e Policlínica Rodolpho Rocco, porque dependem da complexidade, o protocolo do médico regulador é tudo definido. Enfim, são duzentos e cinquenta transferências por dia, mas não incluem cegonhas. Em relação às maternidades são dezoito mil atendimentos por ano. Por mês, são mil e quinhentos e por dia, as maternidades, as cegonhas levam cinquenta transferências. No total, por mês, transferem entre unidades pré-hospitalares no regime de vaga zero mais ou menos cinco mil pacientes, porque são duzentos e cinquenta por dia, mas o movimento cai à metade à noite. Portanto, é importante que tenham noção que isso não é SISREG, mas sim um movimento de urgência. Em relação à transferência, depende, mas em média, por dia, têm duas vagas em CTI; até dez vagas de clínica médica e até umas oito vagas de psiquiatria, tudo isso referente ao melhor dia. Quando se fala do SISREG se fala do ambulatório da internação. Por isso, gostaria que os conselheiros fizessem perguntas, porque têm os números e pode ajudar. Nesse momento foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. O **conselheiro Geraldo Batista** disse que quando colocou esse ponto não foi para saber sobre novos atendimentos, mas porque querem entender como ficam as contas dos funcionários que ficaram sem os pagamentos de setembro, novembro e dezembro, não pararam de chegar, mesmo com o pagamento estando em dia. Quanto à questão dos serviços dos porteiros, não foi, especificamente só dos porteiros, porque o que ocorreu na AP-5.3 foi que algumas unidades os antigos CMS são abertos e os muros são baixos e, não houve um critério para desabilitar os serviços porque chegaram a suspender os serviços de portaria. Informou que várias unidades foram depredadas, inclusive os funcionários ficaram expostos e sofreram agressões. Portanto, a questão é porque isso ocorreu se no Regimento Interno reza que em qualquer momento que a SMS se propõe a fazer um Programa, um plano, encaminhar ao CMS/RJ onde é discutido; depois repassado para os conselhos distritais o que estava ocorrendo e até o momento não sabiam. Informou que um gestor do CMS/RJ esteve na reunião da AP-5.3 e viu a necessidade, por exemplo, o conselheiro ficou dois meses sem realizar uma plenária, porque não sabia o que dizer para a população e aos funcionários. Reafirmou que não querem saber sobre atendimento, número e a crise que todos viram, porque o que aconteceu não será resolvido em março. Disse que querem entender porque o problema só chegou aonde chegou, pois a doutora Claudia da Silva Lunardi falou sobre a questão de direitos, mas o conselheiro teve cento e setenta e cinco leitos fechados no Hospital Municipal Pedro II. Outros serviços foram suspensos, encerrados e nesses casos o CMS/RJ não foi consultado. Também teve a suspensão de serviços de limpeza, inclusive têm todos os documentos em relação a esses e outros em sua guarda. Ressaltou que todos os casos foram notificados e o Ministério Público ficou cobrando para saber porque o CMS/RJ não teve notícias da falta de serviços, pois queriam saber o que estava acontecendo. É esse o fato. Disse que quando sugeriu isso não foi com a intenção de perguntar por que aconteceu foi porque os conselheiros não foram chamados, embora tivessem tido cinco ou seis reuniões com o Secretário de Saúde e com a Subsecretária, mas em nenhum momento foi falado para esclarecer aos conselheiros ao CMS/RJ o que realmente poderiam acontecer. Porque se os conselheiros tivessem conhecimento disso antes, iriam se preparar para saber o que falar para a população, pois quem ficou na ponta, ouvindo, passando o que passou, no caso do Hospital Municipal Rocha Faria e no caso do Hospital Municipal Pedro II, foram os conselheiros. A questão é essa porque houve esse tempo todo para chegar e falar no CMS/RJ algo que já aconteceu, porque quem estava na ponta viu, o próprio conselheiro viu pessoas falecerem; viu grávidas dar a luz na rua; viu mãe indo ao Hospital Municipal Pedro II, mas não tinha o serviço e saindo deu a luz no ponto do ônibus, inclusive todos viram, pois foi noticiado já que vivenciaram todas essas coisas. Então a colocação do conselheiro é para saber por que demoraram tanto para vir ao CMS/RJ e falar: gente o momento está precário, estamos passando uma situação difícil e vamos ter problemas futuros, porque vai ter fechamentos de leitos e suspensão de serviços. Então o conselheiro, novamente, perguntou por que demorou tanto, pois tinha alencado todas às unidades de saúde de Santa Cruz que faziam raio-x e exames de imagem, mas de uma hora para outra nenhuma unidade fez mais nada, simplesmente as pessoas chegavam e esperavam acabar todos os serviços para dizer que não tinha. Portanto, por que isso não foi trabalhado, por exemplo: hoje tem três unidades uma próxima a outra, então vamos fechar duas e deixar uma. Entretanto, não fizeram isso, simplesmente os serviços foram

acabando, encerrando e os conselheiros do CMS/RJ ficaram sem saber o que falar. Informou que não irá questionar o número de maternidades porque não é sua especialidade mas quer saber por que houve essa desassistência generalizada que causou um transtorno, casou óbitos, causou muita dor e sofrimento da população, pois estava na ponta sentiu e não sentiu pouco, sentiu muito. Então quem tinha, praticamente, cem por cento de cobertura numa área e viu os serviços serem cortados (pausa na fala). Disse que vários serviços de odontologia, também foram cortados. Então quem foi perdendo foi sentindo a falta e ficou sem saber o que falar. A intenção do conselheiro era ter esse esclarecimento porque infelizmente agora é o que estão tendo vendo aí, esse caos e vão ter que renascer das cinzas, isso se houver, se sobrou cinzas, mas todos têm que tentar resolver essa situação. A **conselheira Elizabeth Guastini** disse que a primeira coisa que acha que está afetando a todos, de modo geral, é a falta de transparência, a falta de comunicação, desse momento, dos conselheiros não terem datas para suas respostas. Entretanto, todos têm que entender que estão passando por um momento drástico, então sinceramente espera que, ao final de tudo as pessoas que são responsáveis por isso paguem porque não é só responsabilidade da SMS. Esclareceu que é enfermeira do setor de cardiologia do Hospital dos Servidores do Estado, que é federal; então todos estão indignados com o que está acontecendo com os hospitais federais. Como a doutora Claudia da Silva Lunardi falou sobre os dez por cento dos leitos hospitalares dos hospitais federais, quer saber em números quanto dá. A **doutora Claudia da Silva Lunardi** respondeu que não dá para falar agora porque são muitos números. Prosseguindo, a **conselheira Elizabeth Guastini** disse que acha um grande absurdo o que têm hoje em dia porque ela e outros entraram no Hospital Municipal Salgado Filho e depararam com uma emergência, na sala verde, onde oitenta pessoas estão internadas e têm apenas um enfermeiro e três técnicos de enfermagem para tomar conta deles. Ressaltou que têm entrado em outros hospitais federais e constataram que estão fechando leitos porque não têm recursos humanos, não têm médicos inclusive nas especialidades, também por outras questões que não dizem respeito à conselheira porque acha que cada categoria tem a responsabilidade com seus respectivos associados em dizer o porque de estar acontecendo isso. Sinceramente acha que estão passando, atualmente, por uma situação de falta de moral, de caráter dentro da área de saúde. Então para os gestores que estão de frente é um momento de fazerem uma reflexão, que também serve para todos em geral, porque acha que aqueles que estão cumprindo com seu trabalho e suas metas e/ou podem fazer um pouco mais, o momento é esse porque a verdade é uma só, ninguém tem mais condições de ter um plano de saúde e infelizmente todos utilizam o SUS em todas as esferas e, em todos os momentos. Portanto, se todos deixarem isso ser derrubado a tendência maior é a aniquilação. Reafirmou que é enfermeira do Hospital dos Servidores do Estado que é federal e trabalha no setor de cardiologia que faz apenas uma cirurgia cardíaca por semana e está com a metade dos leitos fechados. Então quem percorre esse hospital percebe que está virando um hospital fantasma, mas porque isso acontece e quem pode responder; cadê os recursos humanos que ninguém vê. A partir de agora, tanto a nível estadual, municipal e federal perguntam qual é a proposta do governo pelo amor de “Deus” porque respeitam as organizações sociais que funcionam decentemente, então que os contratos dessas O.S’s sejam cumpridos a risca porque não dá para ficar esbanjando dinheiro e não ter resposta, não ter retorno. Informou que está indignada porque as O.S’s têm que cumprir com suas obrigações colocando cada uma o quantitativo e cumprir as metas o que está determinado, por exemplo, também é funcionária da SMS e trabalhou na Maternidade Leila Diniz durante vinte anos, depois foi para a Maternidade Carmela Dutra onde ficou por ter anos esperando uma maternidade que iria ser construída, mas não foi. Ressaltou que o número de leitos não aumenta de jeito nenhum e não entende o motivo, mas é algo que os conselheiros têm que resolver, inclusive o sindicato dos enfermeiros se coloca a disposição junto com a SMS, porque acha que falta é uma união entre um profissional e as unidades, além dos enfermeiros terem voz porque não tem concurso público e aos funcionários não é colocada uma possibilidade porque as unidades que só têm funcionários públicos não podem aumentar o quantitativo e as O.S’s são separadas ficando um nó. Finalizando, se coloca a disposição desejando que as coisas sejam mais transparentes. A **conselheira Miriam Andrade** informou que os profissionais técnicos do Hospital Municipal Ronaldo Gazolla estão sem receber até hoje, mas continuam trabalhando sem faltar um só dia ao trabalho. Entretanto, afirmou que a O.S está assediando os funcionários, inclusive já foi julgada na última audiência a ponto da Juíza

mandar o pessoal da O.S IABAS calarem a boca. **Conselheira que não se identificou** disse que não é a O.S IABAS, mas a O.S VIVA RIO. A **conselheira Miriam Andrade** concordou, mas ressaltou que agora está falando da O.S IABAS porque acha que os funcionários do Hospital Municipal Pedro II também não estão recebendo. Esclareceu que deseja fazer uma proposta para que fosse encaminhada no futuro próximo, uma pauta só sobre a RioSaúde porque a conselheira não aprovou a RioSaúde no CMS/RJ. Então gostaria de uma pauta para que todos ficassem informados o que a RioSaúde está fazendo e o que já fez porque o Sindicato SATEMRJ tem uma audiência contra a RioSaúde por causa da carga horária dos profissionais do sindicato. Isso é para que todos percebam como está a situação, mas as O.S's estão muito complicadas, porque a conselheira falou que tem que ver o que funciona, porém, a conselheira Miriam Andrade é contra as O.S's, pois tem que ter concurso público. Sobre o SISREG, disse que na estruturação de números está uma beleza, mas na prática não está, não funciona. Então informou que na última audiência que tiveram souberam que o prefeito está devendo trezentos e cinquenta milhões as O.S's, mas a doutora Paula Travassos disse que já foi pago uma parte dessa quantia mas é trezentos e cinquenta milhões que está devendo as O.S's, inclusive a SATEMRJ já marcou a próxima audiência com relação a isso. Portanto, a situação do prefeito não está boa. Outra questão, que não sabe se a doutora vai responder, mas tem que 'jogar' em ata o posicionamento do prefeito na televisão já que ele furou a fila do SISREG. Deseja saber se aquela senhora que foi atendida tinha o nome no SISREG. Informou que entende que a doutora tem o direito, em nome da SMS em dizer que não vai saber responder sobre isso, mas os conselheiros querem saber a resposta e irão até o final porque tem companheiros, colegas, conhecidos e amigos, igual ao que o Prefeito Crivella tem. Então são pessoas que os conselheiros gostariam que operassem porque esses amigos, colegas etc., dizem para os conselheiros: se eu pular na frente o Ministério Público vai entrar com uma ação, ação que a conselheira concorda, pois está certo o Ministério Público fazer isso, mas o prefeito ir à televisão e fazer o papel que está fazendo é lamentável. Reafirmou que não sabe se os conselheiros da Secretaria de Saúde podem responder, mas isso vai ficar em ata e gostaria que os profissionais de saúde, representantes do CMS/RJ, encaminhassem essa discussão a questão da postura do prefeito. O **conselheiro Alexandre Telles** disse para a conselheira Miriam Andrade pedir para responderem por ofício. A **conselheira Miriam Andrade** disse que pode ser por ofício porque gostaria de saber a respeito da indicação dessa paciente do Hospital Municipal Salgado Filho e também da limpeza que fizeram no andar, por ela ser parente dele. Finalizando, agradeceu. Aplausos. Aproveitando o ensejo a **conselheira Miriam Andrade** disse que tem que fazer outra pauta para chamar o prefeito para a reunião no CMS/RJ. A **conselheira Maria José Peixoto** disse que depois que ouviu as apresentações pensou: primeiro a matemática é algo muito difícil de entender mas os conselheiros sabem que o Município do Rio de Janeiro não tem vagas, pois as pessoas ficam nos corredores, como foi dito, não só no Hospital Municipal Salgado Filho mas em toda a rede pública de saúde os pacientes ficam na fila em macas, inclusive gestantes, aliás, qualquer paciente fica no chão encima de uma maca bem pequena. Ressaltou que não foi alguém que lhe disse isso, mas a própria conselheira presenciou uma cena dessas no Hospital Municipal Lourenço Jorge. Então é muito doloroso, se os conselheiros analisarem e quiserem enxergar, o atendimento que é prestado à população da Cidade do Rio de Janeiro é muito triste e isso não dá o direito, a ela, como conselheira achar que está tudo muito bem quando está tudo muito mal porque temos um prefeito que abandona a cidade para viajar por cinco ou seis países. Isso tem que parar. Disse que a chuva que caiu acabou com as casas dos pobres, mas se tivesse atingido a Avenida Viera Souto e a Avenida Atlântica no dia seguinte teria um grande contingente de garis limpando aquelas ruas. Informou que existem mais de quatro comunidades que estão sem luz até hoje e as pessoas estão com suas casas alagadas mas isso não é uma questão da cidade e sim de saúde pública, pois não é só uma questão da Secretaria Municipal de Conservação e da Secretaria Municipal de Urbanismo mas também da Secretaria Municipal de Saúde porque estamos vivendo, precariamente uma questão de saúde pública na Cidade do Rio de Janeiro. Esse é o primeiro ponto. No segundo ponto a conselheira pediu para alguém dar um tempo, porque não adianta estar presente como conselheira se não poder falar e o conselheiro não pode se posicionar para quê estar no CMS/RJ para fazer figuração. Afirmou que a Cidade do Rio de Janeiro não tem duzentos e cinquenta leitos disponíveis para fazer transferências diariamente, isso é fato, pois como profissional de saúde conhece muito a Cidade do Rio de

Janeiro, conhece bem o Estado do Rio de Janeiro e a saúde desse Estado para dizer que sabe que não tem. Terceiro ponto, disse que os conselheiros precisam (pausa), disse para a doutora Cláudia da Silva Lunardi que nenhum gestor está botando a cara no CMS/RJ, mas é dever dele estar presente para conversar com os conselheiros, não é isso, perguntou à conselheira. Portanto, se a Secretaria Municipal de Saúde e esse governo respeitassem os excelentes técnicos que têm seria uma beleza, seria maravilhoso, mas os projetos estão todos na gaveta, então gente de boa vontade o inferno está cheio. Informou que no dia vinte e seis de fevereiro os assistentes sociais terão uma audiência definitiva de conciliação de trabalho porque o processo que foi aberto em outubro de 2017 se encerra nessa audiência e a cabeça do prefeito vai a prêmio. Entretanto, se não for irão cobrar da juíza que disse que iria a prêmio se o Prefeito Crivella não cumprisse com as regras legais porque os trabalhadores estão sem receber e ainda não pagaram o INSS, o FGTS e o PIS dos trabalhadores; aliás, nada está sendo pago. Então quando o trabalhador fica doente não tem proteção é necessário os conselheiros pararem e pensarem, pois já havia dito isso aos conselheiros e irá repetir: os conselheiros precisam se reunir em uma plenária extra em um dia, em uma manhã ou uma tarde para discutir estratégias, para tentarem resolver em sociedade civil junto com o governo a questão da saúde do Município do Rio de Janeiro. Explicou que desde 2017 ninguém aceitou a sugestão que a conselheira ofereceu. Por isso, até hoje não fizeram uma reunião ampliada para um debate para elaborarem um relatório e apresentar ao governo. Portanto, repetiu essa sugestão em 2018 e disse para os conselheiros que não podem estar presentes, no CMS/RJ, fritando bolinhos e vender a banha achando que estão fazendo um bom trabalho de conselheiros. Então devem colocar a mão na consciência para saberem que estão dando toda essa facilidade para que o prefeito não cumpra as regras legais. Ressaltou que no dia em que os conselheiros passarem a não aprovar mais nada no CMS/RJ, aí sim, o prefeito vai olhar para a saúde e vai olhar para as pessoas e cuidar delas. Aplausos. O **conselheiro Ludugério Silva** perguntou pelo amor de “Deus” se não estava inscrito. A **Presidenta Fátima Lopes** respondeu que estava inscrito sim. O **conselheiro Alexandre Telles** disse querer atestar que o governo representa outras prioridades porque ao mesmo tempo, no ano passado, a prefeitura aumentou em sessenta e seis milhões o orçamento do Gabinete do Prefeito tiveram um contingenciamento absurdo da saúde e os médicos, passaram a viver uma penúria a partir de agosto de 2017 e até hoje têm atrasos de salários. Ressaltou que os hospitais são terceirizados via O.S's. O Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, localizado em Acari, até hoje não pagou a O.S VIVA RIO. Realmente existem situações de assédio feitas por diversas Organizações Sociais. Na visão do conselheiro a adoção do modelo de Organização Social favorece a Prefeitura, pois não tem que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então a Prefeitura quer o bônus desse modelo de contratação e o ônus, que é honrar com os direitos trabalhistas da CLT, a Prefeitura não se compromete ou seja, as O.S's pagam com atraso sem pagar a multa desses profissionais e o fundo de provisionamento não está sendo recomposto. Portanto, quer saber da SMS: 1) como vai ser feito para estar pagando a multa dos profissionais que estão tirando férias e não estão recebendo. 2) como é que vai ser pago a multa dos salários que estão sendo pagos em atrasos. 3) como vai ser recomposto o fundo de provisionamento porque se a Prefeitura paga em atraso é responsável, também, por estar recompondo isso, pois o trabalhador não pode arcar com a incompetência administrativa do governo. Outra questão: a articulação com a rede é realmente muito difícil já que têm um cenário no Rio de Janeiro que é atípico, pois têm a maior rede federal do Brasil. Então é difícil dialogar com o hospital federal e com o hospital estadual. **Conselheira que não se identificou** disse que é a maior rede pública federal. O **conselheiro Alexandre Telles** concordou dizendo que é a maior rede pública, mas que também é federal, então é difícil fazer essa articulação, mas querem um SUS descentralizado. Como a prefeitura está fazendo para dar conta dos déficits, porque a doutora Claudia da Silva Lunardi falou que a pessoa está demorando quatro dias para conseguir um leito de CTI, por que isso não é minimamente razoável. Então diante de um cenário, porque no ano passado a prefeitura fez contingenciamento do orçamento da saúde. Portanto, o que consta no orçamento desse ano no Plano de Saúde para estar ampliando as áreas de oftalmologia onde existe um gargalho e para estar ampliando os CTIS. Porque a doutora Claudia da Silva Lunardi lhe disse que a Prefeitura já constatou esse gargalho e deseja saber o que está sendo feito para superar esse gargalho e, com a rede direta não é terceirizando não, porque não acredita que a solução para o Sistema Único de Saúde é

estar fazendo contrato com clínicas e dar isenção fiscal mas não se deve dar isenção fiscal para ninguém e sim expandir a rede própria. Outra questão é que tem que ser feito concurso público. Acha que o CMS/RJ tem que pautar com firmeza a questão das O.S's porque acredita que foi uma coisa absurda que foi feita na gestão do Prefeito Eduardo Paes, mas agora é o momento para todos superarem isso. Também acredita que o RioSaúde não é solução porque é necessário lançar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários no Município do Rio de Janeiro. Em relação à falta, o Prefeito no final do ano passado pediu aos gerentes entregarem os medicamentos nas clínicas. Quer saber se a prefeitura já conseguiu organizar minimamente essa logística “que vocês conseguiram destruir”. Então acha que é isso que queria falar. Finalizando, agradeceu. Aplausos. A **Presidenta Fátima Lopes** abriu o primeiro ciclo de respostas. A **doutora Claudia da Silva Lunardi** falando para o conselheiro Geraldo Batista e demais conselheiros, disse que em relação aos porteiros e aos vigilantes vale o que falou, pois não tem oficialmente nada das Coordenações de Áreas a respeito disso, diferente do que falou, a saber, têm câmeras de segurança; têm porteiros em algumas unidades e em outras têm vigilantes. O **conselheiro Geraldo Batista** disse que na AP-5.3 nenhuma unidade tem câmeras de vigilância. A **doutora Claudia da Silva Lunardi** disse que irá verificar novamente com a doutora Leila porque teve informação que tinha. Nesse momento iniciou-se um “burburinho” na sala de reunião. Prosseguindo, disse que em relação à questão de oferta de raio-x e ultrassom não gostam de ofertar menos mas tiveram um problema referente ao ano de 2017 e começaram o ano de 2018 um pouco diferente mas não está resolvido, pois é uma crise que existe no território nacional, no Município do Rio de Janeiro e no Estado do Rio de Janeiro. Então não pode falar diferente do que está vivendo, porque não tem uma varinha de condão para resolver todos os problemas e está dividindo com os conselheiros o que estão construindo de solução. Entretanto, melhoraram a oferta que estava sendo disponibilizada, pois quando tinham algumas áreas com uma ou duas unidades ofertando, hoje, estão com um cenário mais confortável. O que pode dizer é que todos estão construindo uma solução coletiva, conjunta para esses problemas porque sozinha não irá resolver e os conselheiros sozinhos também não. É preciso ter clareza que é juntos que irão chegar a uma solução comum e que não é fácil, porque fácil é quando têm dinheiro e podem resolver, mas não é o caso desse ano e não foi o caso do ano passado. Todos precisam se reinventar. Disse que tem certeza que não é confortável para ninguém, principalmente porque é do quadro é profissional de saúde, saber que têm que diminuir a oferta porque isso não os deixa confortável, mas também não podem ofertar o que não têm condições de pagar. Então essa é uma questão. Outra questão é quando falaram da entrega de medicamentos porque foi no início desse ano que o prefeito fez essa fala no auditório e eles tentaram pautar essa fala de uma forma diferente, mas não foi possível. Então organizaram para trabalharem com o NAP Central e os NAP's regionais das CAP's. Informou que estão alinhando o que falta e o que tem em estoque, para resolver esse problema de entrega. No início do ano tiveram um problema porque os laboratórios não entregaram a quantidade que solicitaram mas essa entrega no PPC já foi regularizada e, hoje, as faltas que tem nas unidades são faltas bem pontuais e de itens que ainda não foram entregues, seja por licitação deserta ou licitação fracassada; não é mais a situação que tinha ‘lá’. Informou que não têm cem por cento dos itens, pois, como já havia dito, estão com abastecimento de oitenta e um por cento, mas pretende no dia vinte e seis aumentar esse abastecimento para noventa por cento. A **conselheira Maria José Peixoto** perguntou algo fora do microfone. A **doutora Claudia da Silva Lunardi** respondeu que irá explicar novamente. Informou que duzentos e cinquenta pacientes dia saem, por situações de agravamentos clínicos para as emergências, mas isso não é leito. Não necessariamente são todos esses pacientes, pois desde uma crise hipertensiva, ou seja, pressão alta que não tenha sido controlada com medicação local até a necessidade de ir para uma unidade para poder fazer um hemograma, um raio-x de urgência para saber se esse paciente tem uma pneumonia ou está enfartando. Essas situações acontecem todos os dias. Disse que quando falam em vaga zero não é leito é condição de assistência, mas o que é isso: por exemplo, está levando uma pessoa de um lugar onde não tem o recurso mínimo para equilibrar essa pessoa para outro lugar onde aquele recurso deve estar disponível. Informou que noventa por cento desses pacientes, graças a “Deus” acabam ficando menos de vinte e quatro horas e acabam retornando para suas unidades, mas dez por cento precisam, realmente, de um leito de retaguarda, essa é a realidade. Na prática acha que isso é melhor é uma coisa mais acolhedora, mais responsável fazer dessa maneira, entendendo que hoje

o paciente procura o território. Em relação às vagas do CTI, quando olham para os leitos, na totalidade da Cidade do Rio de Janeiro, se estivessem funcionando (pausa). A Cidade do Rio de Janeiro tem um número de leitos parecidos com a da Cidade de São Paulo, mas a diferença é que nem todos funcionam, pois a capacidade instalada na rede é essa. Entretanto, concorda com a conselheira Maria José Peixoto porque esses leitos precisam funcionar. A qualidade dos leitos mais complexos está no parque federal que também sofre os mesmos problemas que nós sofremos de outra maneira só que não olham para isso, porque eles são ocupados e responsáveis. Cada um tem suas dúvidas, tipo, você quem fez o outro sabe disso, depois os gestores vieram para recompor depois de tanto tempo resolvendo isso porque não acha digno demorar quatro dias, isso é uma coisa, mas reconhecer que demora é diferente, são coisas diferentes. Dignidade. A necessidade também é lenta no setor privado pelo mesmo motivo, pois hoje têm pacientes mais crônicos que precisam de cuidados intensivos. Portanto, não é só um retrato do setor público mas do privado também. Em relação às ofertas da rede pública no ambulatório a rede de média complexidade para diagnósticos está pautada. Mas indagando para si disse o que é isso: quando um paciente precisa de um exame complementar, um exame ou uma consulta com um especialista a oferta ainda está muito pautada na rede hospitalar federal que também sofreu os seus problemas ou na rede hospitalar municipal que também teve aposentadorias, dificuldades de recomposição. Quando olham para o todo, ao final do tempo, comparando 2016 com 2017 houve menos consultas e exames, mas não de forma significativa. Proporcionalmente dobraram a oferta dos federais, ou seja, a Secretaria Municipal de Saúde fez parte do papel que lhe cabia que é tentar buscar a oferta de um hospital que já está orçamentado que não vai ter custo para a SMS já que ela não tinha. Finalizando, se colocou a disposição da senhora Márcia. A **senhora Márcia** disse que tem outra estrutura que acompanha a SMS, hoje, e que se chama SUBSCOM - Subsecretaria de Saúde Complementar que é a responsável pela questão dos pagamentos das O.S's. Então acha importante essa Subsecretaria que foi criada. Disse que irá falar uma parte do que já foi dito pela conselheira Maria José Peixoto, talvez por terem mais experiências de anos nesse pedaço e que traz algumas lembranças importantes. Então concorda com a conselheira, porque acha que têm que expor, apesar de estarem presentes como técnicas porque sabe dizer onde têm os seus problemas em cada um dos seus pedaços. Informou que pode dizê-los mas não, assim, dessa forma, mas sim terem um trabalho um pouco mais cotidiano, mais construtivo, tipo, aqui tem fragilidade em tal lugar, na área tal tem. Mas, nos últimos anos, teve uma política de estado que optou em ampliar os leitos públicos de maternidades e hoje para o bem ou para o mal, para o mal porque quando não se responde adequadamente não é para o bem. Temos noventa por cento dos leitos da Cidade do Rio de Janeiro nascendo na rede municipal. Acha que tem uma carência de fato. Ressaltou que é de uma época anterior em que vinha com certa frequência com aquelas técnicas, tipo, vou explicar o que é o projeto tal; vou explicar como é minha vida aqui assim; vou explicar o que aconteceu ali. Acha que isso os fortalece inclusive enquanto instituição; enquanto democracia; enquanto espaço para estar ganhando a frente. Ressaltou que poderia buscar tranquilamente porque podia já estar aposentada, mas acha que não dá para largar o barco em que trabalharam durante a vida inteira para construir um SUS diferenciado. Falando para o conselheiro Jaciano Santiago, disse que acha que esse é um espaço que, talvez, poderiam estar resgatando dos grupos técnicos específicos. Entender um pouco mais como está hoje cada um, porque hoje têm, sim, a questão da enfermagem e dos serviços técnicos. A assistência social é através desse momento social e não teve oposição. Então têm problemas de várias naturezas e não é um demérito sentarem e tentarem pensar em que alternativas e aonde podem se aproximar porque é assim que se faz a democracia e o SUS. Aonde se aproximam para estar ganhando ou para se ela sair à doutora Claudia da Silva Lunardi saber a memória e para os mais jovens saberem a memória de quem trabalhou durante trinta anos e deixou alguma coisa nessa história. Finalizando acha que é essa a perspectiva de construção. O **conselheiro Jaciano Santiago** disse que fará dois comentários. O primeiro foi quando o conselheiro Alexandre Telles falou como já foi dito pela senhora Márcia que em relação às O.S's o prefeito não cumpria a Lei de Responsabilidade Fiscal mas na verdade ele está cumprindo essa Lei não ultrapassando. Nesse momento, o **conselheiro Alexandre Telles** interrompeu dizendo que o prefeito não está cumprindo essa Lei. Prosseguindo, o **conselheiro Jaciano Santiago** respondeu que o prefeito está cumprindo porque não está ultrapassando. **Conselheira que não se identificou**

interrompeu dizendo que tem que criar formas de isso não existir, tem que derrubar essa forma. Dando prosseguimento, o **conselheiro Jaciano Santiago** falou que a importância do CMS/RJ em uma construção do orçamento, conforme foi dito em 2018, o que vai ser, pois querem saber conforme o conselheiro Alexandre Telles colocou. Então todos estão cientes que começou a apresentação e a discussão do Plano Municipal de Saúde nos conselhos distritais. Isso virá na próxima plenária no dia vinte e seis de março para apreciação. Entretanto as prévias já estão ocorrendo em cada conselho distrital. Ontem foi na AP-2.1, amanhã será na AP-3.2 porque isso tem todo um cronograma. Então é o momento de participar para apresentar, cada um, as suas colocações para que no orçamento que será votado no dia vinte e seis, tenham as alterações e as colocações de cada um. É importante essa participação é assim que o CMS/RJ deve trabalhar, nesse momento principalmente, porque as distritais estão avaliando o que está sendo apresentado pela SMS e fazendo, cada conselho distrital suas colocações. Ressaltou que isso é Gestão Participativa, ou seja, a SMS e o CMS/RJ trabalhando juntos. Finalizando, agradeceu. O **conselheiro Ludugério Silva** saudou as presenças das doutoras Paula Travassos, Carla Brasil e Claudia da Silva Lunardi, além dos demais presentes. Ressaltou que é um momento muito difícil que estão passando e tentará ser bem sucinto em suas perguntas. Em primeiro lugar a doutora Claudia da Silva Lunardi que estiveram presentes nos conselhos distritais, onde participaram de várias reuniões com o doutor Hans Fernando Rocha Dohmann que foi Secretário Municipal de Saúde. Também tiveram reuniões com o doutor Daniel Ricardo Soranz Pinto, sobre o mesmo assunto. O mesmo foi feito com os doutores Carlos Eduardo e Marco Antonio de Mattos. Então o seu questionamento e dos demais conselheiros foi o que lhes foi apresentado; porque disseram que o grande avanço para melhorar a situação dos leitos e da questão do SISREG era que estava havendo um grande entendimento entre o Município do Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro e a Esfera Federal porque eram parceiros e os doutores falaram que teriam um sistema único e uma central única. Ressaltou que em relação a essa pergunta mandou vários ofícios para o Secretário Municipal de Saúde, mas não teve resposta. Então gostaria que a doutora Claudia da Silva Lunardi que é do SISREG, faça uma proposta porque apesar de ser da AP-5.1 percorre outras áreas e vê o que passa um paciente, hoje, por causa da questão do SISREG que é uma questão sempre colocada. Entretanto, concorda que tem que ter controle, mas as doutoras têm que fazer uma reflexão do que passa, hoje, um paciente para conseguir um simples exame, uma simples consulta por causa do SISREG, porque quando o paciente não morre, não consegue. Outro assunto, nesse momento o conselheiro foi informado que a doutora Claudia da Silva Lunardi acabou de sair, depois de dizer pelo amor de “Deus” falou sobre outra questão. Implorou à doutora Paula Travassos, a doutora Carla Brasil e também a todos da SMS que olhem com carinho o que está se passando hoje, por causa da crise, nos hospitais municipais Albert Schweitzer, Pedro II e Rocha Faria aonde o conselheiro vai todos os dias. Perguntou o que estão tentando fazer para atender a demanda que cresceu quase cem por cento ou duzentos por centos atualmente, porque se não houver uma atenção maior da SMS (pausa). Por último, lamentou a saída da doutora Paula Travassos mas a **doutora Carla Brasil** e o **Secretário Executivo David Lima** pediram que o conselheiro continuasse a fala. Prosseguindo, o **conselheiro Ludugério Silva** disse que a doutora Paula Travassos falou das unidades, dos porteiros e dos vigilantes. Pelo amor de “Deus” eu tenho a maior admiração por ela, basta ir na AP-5.1 e irão ver que as unidades têm porteiros e vigilantes. Informou que em relação à situação que passam os vigilantes, que contrataram uma empresa que não paga e não dá nenhum direito aos vigilantes. Então é preciso que a doutora Paula Travassos faça uma visita para ver o que está acontecendo na AP-5.1. Sobre a questão dos porteiros e vigilantes é uma situação lamentável. Ressaltou que é uma pena a doutora não estar presente para lhe falar. O **conselheiro Jaciano Santiago** disse ao conselheiro Ludugério Silva que antes da doutora Paula Travassos ter saído conversou com ela e que responderá pela mesma no final. O **conselheiro Ludugério Silva** disse assim está bom, está ótimo e fez mais um apelo, pediu se não tem como ter um “0800” no SISREG Central porque queria ter contato com a doutora Carla Brasil e com todos para falarem das dificuldades que têm, pois não conseguem isso vindo das áreas para ligar “0800” e dizer: estou com esse problema aqui, por favor. O **conselheiro Marinaldo Silva** cumprimentou os presentes. Disse achar que terá que recordar um pouco a sua formação porque além de ser psicólogo é psicanalista Freudiano e Freud falava, em seu tempo, que o problema nunca está em nós está sempre no outro. Portanto, o que estão ouvindo é justamente isso, esse

problema nunca está em nós, mas está sempre no outro porque estão salientando a Rede Federal e a Rede Estadual esquecendo que estamos tratando da Rede Municipal. Portanto, somos conselheiros do Conselho Municipal de Saúde, não estamos no Conselho Nacional de Saúde e sim no Município do Rio de Janeiro e estamos tratando da Rede Municipal de Saúde. Acha que, também aí é uma questão, todas essas dificuldades são decorrentes de uma escolha do Município do Rio de Janeiro, da escolha do Estado mínimo. Quando o Município do Rio de Janeiro opta em ter as O.S's trabalhando no lugar de possíveis concursados, de possíveis servidores está arcando com essa responsabilidade e com todos esses equívocos que estão acontecendo na Rede Municipal. Entretanto, se o Estado fosse mínimo todos estariam morando em comunidades onde o Estado é mínimo, aonde não existe a presença do Estado. Portanto, estaríamos lá. Então acha que todos têm que começar a olhar para o nosso umbigo, enquanto administradores, enquanto gestores, porque acha que é fundamental toda a discussão que estão travando, mas colocando a responsabilidade no Município do Rio de Janeiro, encima do que o Município do Rio de Janeiro tem que fazer porque não podemos estar jogando para cima do outro. Também está percebendo que os conselheiros têm ido muito às audiências do TRT, o Tribunal Regional do Trabalho para a conciliação, mas não estava havendo conciliação coisíssima nenhuma. O que os conselheiros estão percebendo é o que se fala está sendo desmentido, no TRT, pelos trabalhadores porque os membros do Município do Rio de Janeiro falam uma coisa e o pessoal das O.S's fala outra, mas os trabalhadores desmentem tudo aquilo que está sendo colocado. Parece que isso acontece no CMS/RJ também, quando se coloca a gestão dos porteiros e da gestão de câmeras que não funcionam, os usuários estão presentes sabendo que não está acontecendo isso. Prosseguindo, queria perguntar a doutora Paula Travassos, mas infelizmente saiu, se a câmera da Policlínica Rodolpho Rocco está funcionando, não é conselheiro Geraldo Batista; porque teve um caso de um usuário que foi morto nessa unidade e, na época foi dito que a câmera não estava funcionando. Então têm que saber o porquê de não ter sido registrado nada, que opção é essa aonde se faz a opção para ter segurança, mas na realidade não há nenhuma segurança do que acontece dentro do equipamento da unidade de saúde. A responsabilidade é do Município do Rio de Janeiro. Ressaltou que a outra questão foi quando a doutora Paula Travassos falou da falta do clonazepam e do diazepam. Deseja saber quando esses remédios serão regularizados porque acha que já estão. Disse que irá falar igual à juíza falou: a gente já está de "saco cheio". Ressaltou que a juíza não utilizou esses termos porque não cabe utilizar esses termos, mas há sempre uma colocação de sempre jogar para frente e não solucionar problema nenhum, porque os salários continuam atrasados. Entendam que essa opção de gestão faliu, aliás, nunca deu certo, faliu no pensamento quando se pensou em colocar a terceirização através de O.S's e ONG's. Esclareceu que é muito mais fácil trabalhar com concursado, com servidor porque aí nessa questão o Município do Rio de Janeiro pode se responsabilizar pelo que acontece, pode responsabilizar o servidor pelo seu desempenho do que estar colocando sobre a questão da O.S porque a O.S não presta contas ao CMS/RJ. Então é nesse sentido da desresponsabilização. O **conselheiro Mauro André** cumprimentou os presentes. Ressaltou que foi uma pena a doutora ter saído já que queria fazer uma pergunta mas o que falará irá para o conselheiro Jaciano Santiago. Por isso, irá aproveitar algumas falas que foram feitas porque é importante corroborar com as falas dos seus amigos da área da Zona Oeste como o conselheiro Ludugério Silva e o conselheiro Geraldo Batista porque quer saber exatamente isso, perguntar onde estão as câmeras do "bbb" já que desconhece a existência delas em seu território. Outra questão. Disse que achou interessante a fala do conselheiro Geraldo Batista já que os conselheiros sempre falam sobre isso no CMS/RJ. Se dirigindo ao conselheiro Jaciano Santiago e a doutora Claudia da Silva Lunardi disse que quando falam no CMS/RJ em gestão participativa se fala exatamente em discutir e chamar para a mesa, para o debate o CMS/RJ porque os conselheiros são o controle social. Portanto, quando vai fazer qualquer mudança brusca na vida das pessoas porque estão na ponta e conhecem; então quando o conselheiro Geraldo Batista refuta ao dizer que não têm câmera é porque conhece o território da AP-5.3. Informou que não estão dizendo com isso, que os técnicos não saibam, mas os conselheiros sabem muito mais porque convivem no território, por exemplo: como podem falar do fechamento dos exames laboratoriais, como aconteceu em Guaratiba e como estão passando agora. Por isso, queria perguntar a doutora Paula Travassos porque ela conhece o território, pois foi coordenadora da AP-5.2, como fazer agora em vistas das tempestades

das chuvas que ocorreram em Guaratiba, pois a comunidade Jardim Maravilha está debaixo d'água. Ressaltou que esteve domingo nessa comunidade que está com alto índice de doenças por veiculação hídrica. O que fazer se as unidades estão fechando e os exames laboratoriais não estão sendo mais feitos doutora Claudia da Silva Lunardi. Por exemplo, ontem uma senhora foi ao Hospital Municipal Rocha Faria já que sentia coceira na perna, provavelmente por alguma doença proveniente da água que está contaminada, pois a água ainda não baixou de nível. Essa senhora chegou à uma da tarde a essa unidade e saiu a meia noite e meia e não teve seu problema sanado. Então essa celeuma do Hospital Municipal Rocha Faria porque foi falado muito no CMS/RJ que qualquer mudança tem que chamar o CMS/RJ para conversar. Porque entende que é assim que se faz gestão participativa, pois antes de tomar qualquer medida tem que trazer primeiro para o CMS/RJ e dizer: olha conselheiros, os senhores que estão na ponta, como já disse o conselheiro Geraldo Batista temos duas ou três unidades; qual delas seria melhor fechar ou tirar os porteiros já que não tem segurança. Disse para a doutora Carla Brasil que os conselheiros entendem que, realmente, a Cidade do Rio de Janeiro está passando por um momento crítico que só vai ser sanado se houver união. Porque se fizer algo em seu quintal, sem olhar o quintal dos outros e sem chamar o dono do quintal ou morador fica difícil, sobretudo nessa questão do fechamento e o Hospital Municipal Rocha Faria é um mas agora recentemente, depois de falar muito, teve uma reunião com o pessoal dessa unidade com o pessoal do CDS da AP-5.2. Entretanto, o pessoal desse hospital, apesar de estar na área da AP-5.2 não dialogava com o pessoal do CDS da AP-5.2. Então como funciona se existe um Conselho Distrital no território, como funciona. O pessoal da SMS precisa dialogar com os membros do CMS/RJ porque o Conselho Municipal de Saúde é parte do controle social da Cidade do Rio de Janeiro. Então precisam sentar e conversar juntos para planejar a cidade do Rio de Janeiro, pois num momento crítico a doutora Carla Brasil, nós fazemos com um planejamento com todos os setores, incluindo a Sociedade Cível Organizada. Ressaltou para o conselheiro Jaciano Santiago que é isso que vêm cobrando sempre da SMS. Também achou ótima a proposta de gestão compartilhada ou participativa como é dito pelo pessoal da SMS já que o conselheiro trabalha com a sociedade civil. Então, como biólogo, pergunto a doutora Paula Travassos como é que está se dando essa problemática já não têm raio-x e os exames laboratoriais em Guaratiba não estão a contento, pois esteve lá e pode dizer isso. Informou que todos estão vendo, através da televisão o que está acontecendo nesse território. Por isso, clamou mais uma vez porque já disse isso várias vezes e a senhora sempre repetiu que qualquer medida que vai ser tomada de forma brusca ou de que forma for pelos técnicos porque respeitam os técnicos mas tem que chamar para um diálogo os Conselhos Distritais, pois estão na ponta trabalhando e levando para o usuário a solução. Então quando os usuários vão até eles, por exemplo, na porta de sua casa se aglomeram muitas pessoas dizendo: cadê o Conselho, vocês não estão fazendo nada. Então o conselheiro responde: se você não sabia da informação nem eu que estou dentro do Conselho sei o porque de não vierem falar com o pessoal do CDS da AP-5.2, simplesmente foram na AP-5.2 e fecharam, tiraram porteiro e colocaram Big Brother que o conselheiro ainda não viu. Finalizando, disse que não convidaram o Conselho Municipal e tão pouco o Conselho Distrital. Que os técnicos da SMS haja com bom senso para terem esse momento hercúleo para salvar a Cidade do Rio de Janeiro dessa Maré de lama negra enquanto o prefeito está viajando. Aplausos. O **conselheiro Geraldo Batista** disse que, mais uma vez, só quer informar a doutora Paula Travassos que quando o conselheiro Jaciano Santiago falou sobre questão da gestão participativa e quando falou da questão da crise é porque a SMS já sabia sobre os problemas que iriam acontecer. No dia dezessete de outubro de 2017 chegou às mãos dos coordenadores das AP's: 1.0, 3.2 e 5.3 um ofício enviado as O.S's pela então Subsecretária doutora Claudia Nastari de Paula com o seguinte teor: "Adequação de contrato de gestão dos cronogramas de emboço. Prezados Senhores, vimos pelo presente informar que de acordo com os cronogramas de emboço dos contratos de gestão celebrados com a municipalidade, iniciamos em primeiro de outubro, ações de adequação conforme o orçamento disponibilizado. Na oportunidade renovamos nossa elevada estima e consideração". Prosseguindo disse que a SMS encaminhou para as O.S's um ofício informando sobre a questão da adequação. Então perguntou se o CMS/RJ tomou ciência desse ofício porque não tomou, mas desde o dia dezessete de outubro de 2017 tinha esse ofício em suas mãos que prova que a SMS já tinha ciência que, desde esse dia, a crise já estava instalada. Por isso, perguntou por que as O.S's foram avisadas e não

avisaram aos membros do CMS/RJ, porque retirei uma cópia desse ofício do Portal Transparência que dizia que as O.S's já foram informadas que a SMS estava com “cobertor curto”. Esclareceu que conversaram com os presidentes das distritais mas o CMS/RJ não tomou ciência e mais uma vez, desde o dia dezessete de outubro de 2017, os conselheiros foram “atropelados” em relação à questão da gestão participativa ou plena. Informou que a Lei o favorece a ter acesso a esses documentos porque é membro da CTA. Então, como membro da CTA solicitou outro ofício a O.S SPDM onde perguntava o motivo dos serviços estarem sendo retirados. Informou que a O.S SPDM respondeu que, naquele momento, estava com um déficit de pagamento de quase um milhão de reais contabilizado, dinheiro que iria para as empresas que prestavam serviço a essa O.S de limpeza, portaria, vigilância e raio-x, pois todas essas empresas tinham cada uma as notas fiscais que somavam esses valores. Esclareceu que foi o representante da O.S SPDM que encaminhou a resposta ao CDS da AP-5.3., justificando o motivo dos serviços que iriam começar a faltar. Informou que sua intenção ao pedir essa pauta foi justamente esclarecer isso e não saber de números, não de saber o porquê de chegar. Por exemplo, existe uma área que vai ter que cortar serviços de raio-x, então disseram: olha vocês têm três unidades que faz serviço de raio-x, mas devido a esse problema terão que reduzir três unidades; corta uma ou duas unidades ou vocês vão passar a usar o serviço de raio-x do NASF. Indignado perguntou aos técnicos da SMS por que esse planejamento não foi discutido com os conselheiros; por que não avisaram o CMS/RJ sobre essa situação para discutirem. Por que se isso fosse feito sentaria com a Coordenadora da AP-5.3, com quem tem um bom relacionamento para verificar quais seriam os serviços, o que poderiam deixar de ter naquele momento sem que houvesse prejuízo a assistência porque as decisões foram tomadas acima do quadro, acima de números. Entretanto, disse que não vive de números e quadros, mas sim de conhecimento de base porque sabe que o território onde mora, por exemplo, tinha três clínicas: Manguariba, Palmares e Jesuíta. São três unidades que faziam raio-x; não havia necessidade disso porque em um momento de crise, em um momento de desabastecimento vamos estudar, sentar e saber. Vamos começar, por exemplo, os pacientes, usuários de Manguariba podem ser atendidos em Palmares ou vice-versa. Era isso que faltava, o planejamento porque a questão era que o “cobertor estava curto”, ou seja, o dinheiro estava faltando mas não houve o planejamento. Reafirmou como teve acesso a esses documentos, sabia o que iria acontecer e só conversaram a nível central. Então pegaram a Lei 5.104 e a Lei 8.142 e rasgaram para fazerem o que têm como entenderam que tinham que fazer. Reafirmou que essa foi a finalidade da inclusão dessa pauta, não foi para discutir o que aconteceu e o que ia deixar de acontecer, mas foi porque os conselheiros não foram chamados para as conversas porque esse ofício não chegou antes de dezessete de outubro de 2017 para informar o que estava acontecendo. Entretanto, as reuniões foram feitas dentro das salas e dos gabinetes acima de números, de balanços e sobre os serviços que tinha mas não fizeram necessariamente a discussão de uma reforma ou uma reformulação ou um planejamento do que poderiam fazer, por exemplo: olha, vai vir aí uma tempestade, então quantas caravelas vai ter que colocar para longe; vamos ter que abaixar; qual o rumo que vamos ter que tomar”. Disse que esperou o navio ir a pique para, agora, tentar com um submarino resgatá-lo do fundo do mar e colocá-lo, de novo, para navegar mas vai ser difícil. Reafirmou, mais uma vez, que essa foi a questão da pauta não foi números, não foi idéias mas sim o que poderia ter sido feito e, em que o CMS/RJ poderia colaborar ao participar para ajudar porque quem está na ponta, assim como os técnicos que trabalham na SMS porque sabe que os técnicos cuidam do Município do Rio de Janeiro. Portanto, quantos bairros têm o Município do Rio de Janeiro de Anchieta à Barra e da Barra a Santa Cruz, pois para isso têm os Conselhos Distritais. Por isso, os conselheiros não foram chamados para essa conversa para fazer essa reforma, pois é disso que está falando doutora Claudia da Silva Lunardi, não é questão de números ou questão de assistência mas porque os conselheiros estavam prontos para ajudar, somar forças, cuidar das pessoas para tudo mas não para o final quando o navio afundasse. Porque agora fica mais difícil resgatar esse navio porque o que perderam não terão de volta. Reafirmando, pela terceira vez, disse que a questão da inclusão dessa pauta era essa porque não falou em falta de serviços e de ofertas e sim de planejamento para que pudessem juntos com a SMS redirecionar os serviços e saberem como iriam se colocar diante da crise que fatalmente seria instalada por causa da falta de dinheiro do orçamento. Portanto, é isso que os conselheiros estão buscando, em seguida, agradeceu. A **conselheira Miriam Andrade** pediu a SMS para não

deixar essa ata sem resposta porque essa ata depois de ser aprovada será muito importante para os conselheiros porque irão encaminhar para o Ministério Público. Voltou a perguntar mas se a doutora Claudia da Silva Lunardi não quiser responder pode fazê-lo por escrito, a respeito do Prefeito Crivella, se aquela paciente estava no SISREG. Em relação ao questionamento e as perguntas feitas pelo conselheiro Mauro André pediu que seja colocadas em ata porque para os conselheiros é um documento. O **conselheiro Marinaldo Silva** disse que pode colocar em ata mas tem que ser redigida por ofício. A **conselheira Miriam Andrade** disse que se a doutora Claudia da Silva Lunardi responder ficará na ata como um documento. A **doutora Claudia da Silva Lunardi** disse que em relação à questão da dona Eris, mãe do Prefeito Crivella, foi um procedimento de emergência que poderia ter sido feito em qualquer um aqui presente porque quem entrar por uma porta de emergência não estará à princípio, necessariamente, aguardado nada pelo Sistema de Regulação porque a porta de emergência é regulada só quando é solicitada, pois é de livre demanda. Esclareceu que a informação que têm dos conselheiros é a mesma da mídia; então fará a análise pelo que está no conteúdo da mídia. Informou que a dona Eris teve uma fratura que a doutora não soube dizer quando aconteceu e foi atendida na unidade, inclusive isso já é objeto de sindicância do CREMERJ e do Ministério Público, da cidadania, segundo o que existe aí pela mídia e que será apurado. Portanto, se me perguntarem: Cláudia você sabe se essa paciente está no SISREG. Responderá: não, não deve estar porque a porta de emergência não tem essa regulação. A **conselheira Miriam Andrade** disse que o Ministério Público deve exigir o prontuário dela. A **doutora Claudia da Silva Lunardi** concordou mas pediu para entenderem que essa vai ser a investigação da rede. Contudo, não sabe se a dona Eris estava em alguma fila. A **conselheira Maria José Peixoto** perguntou se a doutora estava de plantão no Hospital Municipal Salgado filho. A **doutora Claudia da Silva Lunardi** respondeu que não estava de plantão nessa unidade. Prosseguindo, disse ao conselheiro Ludugério Silva que o complexo regulador do Município do Rio de Janeiro tem um acesso por conversas com as unidades, de uma maneira geral não com o usuário porque não tem tecnologia para conversar diretamente com o usuário. Porém, cada unidade de saúde da família seja de que modelo for, seja clínica da família, unidade de modelo antigo, tem pelo menos dentro da sua unidade um médico regulador. Informou que o processo de regulação na maior parte das consultas e exames está descentralizado. A central simplesmente monitora a marcação o que é completamente diferente de ser responsável pela marcação, pois quem marca a mamografia da sua esposa é o médico regulador que está na unidade aonde ela foi atendida. Ressaltou que alguns serviços estão centralizados, centralizados apenas a tomografia e ressonância do sistema de regulação do SISREG porque existe o Rio Imagem que é marcado diretamente por um administrativo da clínica da família. Então a maior parte dos serviços do complexo regulador está disponível e, é de responsabilidade da marcação pelo regulador local da unidade próxima do paciente. Informou ainda que foi esse o desenho da gestão anterior que não modificaram, mas descentralizaram alguns serviços, apenas, porque eram necessários por serem muitos ou estavam dando muitas confusões tipo marcações, colocações erradas que precisavam da análise do especialista ou o serviço é muito pouco como o caso se tivessem toda a oferta da Rio Imagem dentro do sistema de regulação SISREG que provavelmente não teriam centralizado nada no caso a marcação. O que acontece, é que têm várias portas, pois hoje a pessoa faz uma ultrassonografia e um raio-x pelo SISREG; pela clínica da família; pelo Rio Imagem e “Deus” sabe qual a outra porta que é. Então o problema no sistema de regulação é enquanto houver várias oportunidades para o mesmo serviço. Informou ainda que irá criar várias filas diferentes para várias necessidades e angústias da população que não entende, exatamente por onde consegue entrar. Finalizando, disse estar disponível. A **doutora Paula Travassos** informou que se ausentou mas lhe passaram as questões que foram feitas pertinentes a sua pessoa. Disse que em relação às câmeras de segurança o que têm consolidado é que as unidades da O.S VIVA RIO e as unidades da O.S IABAS têm câmeras de segurança, preferencialmente na farmácia, no almoxarifado e no acolhimento, ou seja, na entrada. Ressaltou que algumas unidades têm câmaras em outros locais por decisão das próprias CAPS por serem áreas vulneráveis e/ou unidades grandes. Então as CAPS e seus respectivos gerentes acharam que tinham que colocar câmaras em outros locais. Disse que achar que podem sim fazerem uma visita as áreas, podem combinar com os coordenadores de áreas e com os gerentes das unidades para os conselheiros visitarem e verificarem se as câmeras estão funcionando e onde estão posicionadas porque não há problema nenhum

nisso. O **conselheiro Ludugério Silva** disse que é fundamental fazer isso. Prosseguindo, disse que será uma alegria estarem dentro da unidade vendo isso. Em relação à disponibilização de imagens porque já citaram o caso que aconteceu na Policlínica Rodolpho Rocco, não é assim, pois as imagens não são disponibilizadas a qualquer momento e nem para qualquer pessoa, pois as mesmas são solicitadas a empresa que grava essas imagens e depois encaminham para a SMS que as disponibiliza. Ressaltou que já houve outras situações na Cidade do Rio de Janeiro, em especial na AP-2.1 onde dentro dos muros de uma determinada unidade teve o roubo de um telefone. Então foi criado um problema muito grande porque veio o poder paralelo e depois a polícia, ambos queriam pedir às imagens que não poderiam disponibilizar, pois fragiliza a equipe de saúde, o gerente e a SMS. Entretanto, as imagens são sim, disponibilizadas em um protocolo, pois as imagens estão ali e não são de acesso da SMS porque não veem na hora. Então há todo um cuidado para disponibilizar essas imagens, mas se houver pedido do juiz, são disponibilizadas sem problema nenhum já que estão presentes para cumprir ordens e colaborar com esclarecimentos em situações que precisem dessas imagens. Em relação à entrega de medicação já havia dito, da primeira vez, que no dia vinte e seis de fevereiro estão aguardando uma entrega de alguns fornecedores. Com isso irão aumentar esse abastecimento que hoje está na casa de oitenta por cento, chegando em torno de noventa por cento porque têm dez por cento de itens que foram de licitação fracassada e licitação deserta já que não apareceu nenhuma empresa para concorrer. Disse que estão enfrentando esse problema também. Em relação à chuva disse que toda a Cidade do Rio de Janeiro foi afetada mas tem na SMS uma planilha com os nomes dos bairros; as unidades que são responsáveis por aqueles bairros ou comunidades e estão trabalhando em ações como assistência social e com a superintendência do território. Então a SMS têm feito mapeamento das casas que foram atingidas; levantamento do número de pessoas que estão desabrigadas; orientações sobre as doenças que podem ser provocadas pela chuva; vacinação para os que ainda não foram vacinados contra a febre amarela ou difteria e tétano e orientações. Esclareceu que ainda trabalham com uma série de ações de solidariedade. Então são igrejas distribuindo donativos; algum comércio local também distribuindo porque têm trabalhado em parceria. Informou que em Guaratiba, na área da AP-5.2, o CMS Alvimar de Carvalho foi bastante afetado e trabalharam várias intervenções nessa unidade junto com as famílias. Também teve a área do Magarça onde até saiu uma matéria na televisão e no rádio. Disse que fizeram várias ações também com o trabalho da equipe de risco biológico avaliando o lugar porque muitas casas ficaram bastante submersas. Também trabalharam com a equipe de roedores e todo um conjunto de técnicas e estratégias que competem a SMS. Agora, além disso as outras Secretarias também estão trabalhando em conjunto. Finalizando, disse que espera ter esclarecido. O **conselheiro Mauro André** perguntou se sabe dizer quais são as unidades, porque a doutora trabalhou na AP-5.2 e conhece. Respondendo a **doutora Paula Travassos** disse que têm as unidades e que são: CMS Alvimar de Carvalho e a Clínica da Família José de Paula Lopes Pontes que foram as que ficaram de retaguarda. A **Presidenta Fátima Lopes** agradeceu a presença da doutora Paula Travassos e equipe porque são técnicos e estão sempre ao lado dos Conselhos Distritais e da população. Solicitou a doutora Paula Travassos, ao conselheiro Jaciano, a doutora Cláudia da Silva Lunardi e a doutora Carla Brasil que conversem com os novos técnicos que estão chegando porque têm que ouvir e conversar com os conselheiros como faz o conselheiro Jaciano Santiago que também é técnico, pois o que ouviram hoje no CMS/RJ é porque estão acostumados mas os novos técnicos têm que vir ao CMS/RJ. Portanto, os conselheiros irão pautar que os técnicos venham sempre porque quando vêm sempre passam as dificuldades que têm para o CMS/RJ, por exemplo, a doutora Carla Brasil sempre informa com veracidade que está ruim, que está bom, que está regular. Reiterou novamente para que conversem com os novos técnicos e com o novo Subsecretário porque não adianta criar novas secretarias e sim trabalhar em conjunto como alguns conselheiros já haviam dito. Também têm que socializar os serviços porque os conselheiros e presidentes distritais conversaram com os membros da Comissão Executiva porque cada um conhece sua área, seu território e sabem o que funciona e o que não funciona. Ressaltou que os conselheiros não querem só criticar porque estão entendendo que essa é uma gestão muito difícil e que nunca participou de uma gestão municipal, nada contra os seus componentes mas eles têm o olhar de privatizar, tipo: vamos cortar, vamos contingenciar. Disse saber que, em relação a isso, os técnicos sofrem muito na ponta

porque são os técnicos que vêm ao CMS/RJ e que vão à ponta mostrar a cara. Por isso, esperam que conversem com o doutor João que foi diretor do Hospital Municipal Salgado Filho e um excelente ortopedista que trabalha na Clínica Guanabara. Então os outros técnicos não devem ter medo dos conselheiros; que venham ao CMS/RJ para somar forças mudar os serviços 'tal', cortar 'isso', porque estão com dificuldades de leitos. Portanto, está solicitando a socialização do trabalho e também acha que todos solicitam porque não está pedindo e falando nada demais que seja socializada até mesmo para o prefeito, pois quando ele inaugura uma clínica parece que têm medo dos conselheiros e da comunidade. Entretanto, o prefeito com todos os defeitos é amigo dos conselheiros. Foi eleito mas quando chega a um horário estratégico o prefeito não fala e nem chega perto mas os conselheiros estão presentes e não vão negar ajuda, darão as mãos já que precisam dos serviços. Ressaltou que está fazendo uma crítica construtiva e não destrutiva e as doutoras Paula Travassos e Claudia da Silva Lunardi estão entendendo que está falando, pois é uma ansiedade dela como Presidenta e acha que de todos porque os conselheiros não estão criticando. Então têm que trabalhar juntos e socializar o trabalho, as dificuldades, as benesses e tudo que possa vir porque os conselheiros não são inimigos porque o prefeito foi eleito e, é o gestor da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Reafirmou que os conselheiros irão pautar para que todo o mês, os técnicos venham para dar uma satisfação. Finalizando, agradeceu. A **doutora Claudia da Silva Lunardi** disse saber que a maior parte das dificuldades de acesso acaba indo para a ouvidoria mas a Subsecretaria de Regulação está absolutamente aberta a toda e qualquer pessoa que lá chegar ou não puder ligar. Habitualmente sempre conversam com as pessoas e explica o que está acontecendo, até porque algumas vezes, algumas demandas podem ser resolvidas de outra forma. Pediu para que os conselheiros lembrem aos seus usuários, aos seus moradores que estão muito mais próximos, que o paciente não precisa ir até a SMS, pois, às vezes o paciente vem de muito longe para sanar uma coisa que poderia resolver no local. Disse que não sabe mas em algum momento esse paciente acaba sendo orientado a vir até a SMS mas não está dizendo com isso que essa orientação é feita pelos conselheiros, ao contrário, de forma alguma. O **conselheiro Ludugério Silva** disse "0800" doutora Claudia, por favor. Prosseguindo respondeu que não tem "0800" mas tem 1746 e o telefone da Subsecretaria de Regulação é 3971-6820 ou 3971-6822. Esses são os números que estão à disposição de todos. A **Presidenta Fátima Lopes** agradeceu as doutoras. O **Secretário Executivo David Lima** sugeriu a Presidenta Fátima Lopes que invertesse a pauta colocando o ponto cinco antes do ponto quatro porque os representantes do Observatório Social do Brasil estão com o horário meio apertado. A **Presidenta Fátima Lopes** consultou à plenária para saber se poderia inverter a pauta. O pleno concordou. A **palestrante Tatiana Bastos** cumprimentou aos presentes. Agradeceu a oportunidade de estar apresentando o trabalho do Observatório Social do Brasil – Rio de Janeiro. Informou que trouxeram um pouco do que é o Observatório e o que os trazem até o CMS/RJ como Organização da Sociedade Civil não integrante do CMS/RJ. Ressaltou que como política do Observatório Social seus membros não participam, não entregam os Conselhos mas auxiliam o trabalho, a conformidade dos Conselhos no que tange a regularização do Regimento Interno, a legislação etc. Prosseguindo deu início à Apresentação do Observatório Social do Brasil, pautada com slides e comentários. Com o fim da Apresentação ressaltou que todos viram que o Observatório Social possui um escopo muito grande de atuação porque a gestão pública é ampla não é só na área de saúde mas em todas as áreas da gestão. Então precisam de voluntários e como os conselheiros já têm o DNA de voluntários serão bem-vindos no Observatório Social. Informou que a próxima capacitação será na última semana de março e todos estão convidados. Em seguida, pediu o favor para subir mais um slide referente ao folder que tem o e-mail para contato. O **conselheiro Ludugério Silva** perguntou se tinha telefone. Respondeu que tem mas não sabe de cor. O **conselheiro Geraldo Batista** disse que o telefone está no folder. Os membros da Mesa mostraram a localização do telefone no slide do folder para o conselheiro Ludugério Silva. A **palestrante Tatiana Bastos** agradeceu dizendo que era isso que o Observatório tinha para falar, então nesse momento entendam o Observatório como um parceiro e qualquer dúvida liguem. Prosseguindo, agradeceu novamente a atenção e pediu desculpas porque terá que se retirar agradecendo novamente a oportunidade. O **Secretário Executivo David Lima** cumprimentou, mais uma vez, a todos e fez a leitura do ponto quatro: Deliberação do Regimento Interno da Comissão Executiva. Ressaltou que os conselheiros elegem uma Comissão Executiva do CMS/RJ todo o ano,

com mandato de janeiro a dezembro e toda vez que essa Comissão Executiva é eleita, é obrigada a realizar uma proposta de Regimento Interno e trazer para o Colegiado que é a instância maior do CMS/RJ para que seja aprovado. Esclareceu que é a única comissão do CMS/RJ que é obrigada a fazer isso. Informou que o Regimento Interno é um termo de conduta da Comissão Executiva, ou seja, como vai proceder em seus trabalhos, inclusive o artigo primeiro explica exatamente isso. O fundamento está no artigo 22, inciso III da Lei 5.104 de 2009 e no artigo 27 do Regimento Interno do CMS/RJ. Portanto, são esses artigos que determinam a existência do Regimento Interno e da forma como ele deve ser. Nesse momento o **Secretário Executivo David Lima** fez a leitura do capítulo V, Seção IV, Artigo 27, incluindo seus incisos e letras. Além de ter feito leituras de outros artigos e incisos. Com o fim da leitura o **Secretário Executivo David Lima** perguntou se algum conselheiro tinha alguma dúvida ou algum pedido de modificação. Como não houve manifestação, a **Presidenta Fátima Lopes** colocou em votação o **Regimento Interno da Comissão Executiva** que foi aprovado pela maioria simples dos presentes. Prosseguindo, o **Secretário Executivo David Lima** fez a leitura do ponto sete: Eleição de um membro do segmento usuário para a Comissão Executiva. Esclareceu que fizeram a eleição para a Comissão Executiva desse exercício elegendo usuários, profissionais e gestores. Ocorre que a conselheira Margarida Frouf, representante do segmento usuário, por questões pessoais percebeu que não tinha condição de continuar na Comissão Executiva e renunciou. Devido a saída da conselheira precisam eleger outro conselheiro do mesmo segmento para a Comissão Executiva. Disse que todos os conselheiros do segmento usuário estão aptos a participar da eleição. Informou que a Presidenta Fátima Lopes recebeu um ofício do Presidente Ludugério Silva do CDS da AP-5.1 e que representa esse conselho distrital, se candidatando a vaga de usuário no CMS/RJ. Entretanto, o **Secretário Executivo David Lima** ressaltou e reafirmou que qualquer conselheiro usuário pode se apresentar agora e concorrer à eleição. Informou aqueles que participaram da eleição da Comissão Executiva, inclusive os mais novos participaram e perceberam que fizeram uma eleição secreta com urna e tudo mais. Então como nessa eleição só um membro será eleito, assim como na eleição da Comissão Executiva o número de candidatos que elegeram era, exatamente, igual ao número de vagas. Essa eleição será feita por aclamação, basta que os conselheiros do segmento usuário digam que estão interessados que o Colegiado escolherá quem será eleito mas só poderão votar os conselheiros que forem do segmento usuário. Informou que o conselheiro Ludugério Silva já se inscreveu. A **Presidenta Fátima Lopes** perguntou se outros conselheiros, do segmento usuário, querem se inscrever para ocupar a vaga de usuário. Não houve manifestação e o conselheiro Ludugério Silva passou a ser candidato único. Prosseguindo, a **Presidenta Fátima Lopes** pediu aos conselheiros do segmento usuário para votarem aprovando ou não o único que se candidatou. Finalizando a votação o conselheiro Ludugério Silva foi eleito por maioria simples dos usuários para ocupar a vaga da conselheira Margarida Frouf. O **Secretário Executivo David Lima** disse que o conselheiro Ludugério Silva é o novo membro da Comissão Executiva do CMS/RJ e pediu uma salva de palmas para conselheiro eleito. O **conselheiro Jaciano Santiago** iniciou a leitura do ponto oito: Ofício S/SUBREG/CGCA Nº 141/2018. Para ciência do Colegiado, cópia do 2º Termo Aditivo ao Contrato assinado entre o Município do Rio de Janeiro, através da SMS e a UNIRIO/Hospital Universitário Gaffrée e Guinle. Explicou que o ofício foi encaminhado ao CMS/RJ pela SUBREG informando a realização do 2º Termo Aditivo ao Contrato com o Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em dezoito de janeiro de 2018, página oitenta e sete e também no dia vinte e dois de Janeiro de 2018, página setenta e cinco do referido Diário Oficial. Esclareceu que nesse documento têm o assunto que foi colocado pelos conselheiros no início dos questionamentos em relação à quantidade de oferta de procedimentos a serem realizados. Ressaltou que não tem como ler porque é muita coisa mas na verdade a Subsecretaria apenas informou e deu ciência que esse Termo Aditivo foi assinado e publicado. Informou ainda que o valor mensal passou para novecentos e oitenta e oito mil, setecentos e quatro reais e noventa e três centavos. **Conselheiro que não se identificou** perguntou se nesse ofício está informando sobre a terapia nutricional para HIV no Hospital Universitário Gaffrée e Guinle porque teve um tema no Conselho Distrital de Saúde falando sobre isso de alguns itens. **Conselheira que não se identificou** respondeu que não mas sobre a terapia informou que a senhora Maria Alice visitou ontem. O **conselheiro Jaciano Santiago** disse que só queria dar ciência dessa informação. A **Presidenta Fátima Lopes**

informou que em relação à Comissão de Educação Permanente, a conselheira Maria de Fátima Silva Pinto passou uma mensagem justificando que não poderá vir fazer a apresentação. O **conselheiro Jaciano Santiago** fez a leitura do ponto dez: **Comissões do Conselho Municipal de Saúde** citando uma a uma mas os seus respectivos representantes não tinham informes para dar. Prosseguindo fez a leitura do ponto onze: Informes da Secretaria Executiva. O **Secretário Executivo David Lima** informou que começaram a discutir o Plano Municipal de Saúde que vai de 2018 a 2021. Em relação ao Plano Municipal de Saúde os técnicos da SMS junto com os conselheiros irão definir qual será a política de Saúde do Município do Rio de Janeiro nesses quatro anos. E sempre com meta, com ano de um governo que termina no primeiro ano do outro governo para que haja continuidade a política de saúde e para que a mesma não seja interrompida. Por isso, independente da troca de governo a política resolvida de saúde deve continuar. Informou ainda que começam sempre a discussão pelos conselhos distritais de saúde e ontem começaram pelo CDS da AP.2.1 onde fizeram a discussão porque a intenção é discutir com todos os conselhos distritais de saúde e trazer as idéias, o resultado dessa discussão para que no dia vinte e seis de março no Auditório do CASS. Nesse momento sua fala foi interrompida pela **conselheira Julia Daniela** dizendo que é o dia vinte e sete de março, última terça do mês. Prosseguindo o **Secretário Executivo David Lima** respondeu que enviou, hoje, por e-mail um novo calendário já com o dia vinte e seis de março porque o dia vinte e sete de março não estava disponível no CASS. Respondeu que sabia porque a reunião teria que ser no dia vinte e sete de março porque todas às terças-feiras o Auditório Meri Baran é reservado para o CMS/RJ, porém como o Auditório Meri Baran entrou em reforma e o local não estava apropriado para fazer a reunião extraordinária. Então era primordial fazer a reunião extraordinária no Auditório do CASS onde tem mais conforto. Embora tivesse o dia vinte e seis de março disponível precisou mudar. Prosseguindo, informou que não sabe se a conselheira Julia Daniela estava na relação dos e-mail's quando enviou o novo calendário. Resolveu então passar rapidamente todos os dias do calendário das reuniões distritais. A reunião do CDS da AP-2.1 foi ontem. A reunião do CDS da AP-1.0 será no dia primeiro de março às dezesseis horas. A reunião do CDS da AP-2.2 será no dia dezanove de março às dezessete horas. A reunião do CDS da AP-3.1 será no dia sete de março às catorze horas. A reunião do CDS da AP-3.2 será no dia vinte e um de fevereiro, amanhã, às oito horas e trinta minutos. A reunião do CDS da AP-3.3 será no dia vinte e sete de fevereiro às nove horas. A reunião do CDS da AP-4.0 será no dia vinte e seis de fevereiro às dezessete horas. A reunião do CDS da AP-5.1 será no dia vinte e quatro de fevereiro, sábado que vem, às nove horas e trinta minutos. A reunião do CDS da AP-5.2 será no dia dezessete de março às nove horas, mas ressaltou para o conselheiro Mauro André que ainda não tem o local da reunião da AP-5.2, porque nesse Conselho Distrital as reuniões são itinerantes e, por isso, não pode colocar o local. A reunião do CDS da AP-5.3 será no dia vinte e dois de fevereiro, quinta-feira, às catorze horas. O **conselheiro Geraldo Batista** disse que poderia colocar sete horas da manhã, porque tem que sair de madrugada daqui para chegar lá. O **Secretário Executivo David Lima** respondeu que para ele seria melhor, depois disse que o CMS/RJ irá fechar toda essa rodada no dia vinte e seis de março, às catorze horas, no Auditório do CASS e a pauta será única, será somente sobre a discussão do Plano Municipal de Saúde. Adiantou para os novos conselheiros que será uma discussão muito interessante porque o Plano Municipal de Saúde é totalmente montado encima da última conferência de saúde que foi à décima segunda conferência de saúde que realizaram. Portanto, o Plano Municipal de Saúde é totalmente trabalhado encima das propostas da última conferência de saúde. É muito bacana, pois por causa disso têm na mesma conferência os conselheiros e cidadãos discutindo toda uma política de saúde e o que querem para o futuro da saúde. Então os técnicos pegam e viabilizam tecnicamente essas propostas que ficam junto ao Plano Plurianual, que fala de valores para poder adequar cada proposta. Esclareceu que é um trabalho muito intenso e cansativo mas é muito gratificante saberem que está se construindo uma coisa, de fato, para a saúde da Cidade do Rio de Janeiro. Além disso, estarão discutindo a Programação Anual de Saúde – PAS que nada mais é do que o primeiro ano, no caso 2018, do Plano Municipal de Saúde. Em 2019 é o que está no Plano Municipal de Saúde para 2019 e assim sucessivamente para 2020 e 2021. Então têm toda uma forma e instrumentos para checar se isso tudo é realizado através das Prestações Quadrimestrais, que a SMS é obrigada a fazer e faz na Câmara de Vereadores com a presença dos conselheiros e no Relatório Anual de Gestão que é feito no

CMS/RJ onde os conselheiros vão conferir o que foi realizado ou não. Então para que serve a Programação Anual de Saúde (PAS) também, porque se você viu que não conseguiu realizar certas coisas, por exemplo, chegamos em 2019 e não conseguimos realizar certas coisas em 2018 que se mostraram importantes, necessárias, então vão adequar a Programação de 2019 para cumprir essa questão de 2018 ou não, foi um exagero tira uma coisa. A Programação Anual é um instrumento regulador do Plano Municipal de Saúde mas claro que tem que ser um plano flexível e não totalmente imóvel e tal para que possa ter alguma flexibilidade, lógico, para melhor. Finalizando disse que essas eram as informações da Secretaria Executiva no momento. A **Presidenta Fátima Lopes** perguntou se ele enviou o Plano Municipal de Saúde para os conselheiros municipais. O **Secretário Executivo David Lima** respondeu que ainda não enviou e pediu para explicar o motivo. Explicou que mandou a minuta do Plano Municipal de Saúde para os conselhos distritais mas não mandou para os conselheiros municipais porque depois dessa rodada de reuniões e discussões nos Conselhos Distritais, essa minuta vai sofrer alguma alteração. Então quando for enviado para os conselheiros municipais irá com essa alteração provocada nos Conselhos Distritais. Por isso, não mandou para os conselheiros municipais. O **conselheiro Jaciano Santiago** fez a leitura do ponto doze: **Informes** do Colegiado. O **conselheiro Ludugério Silva** disse que será rápido porque a maioria das coisas já foram discutidas com a doutora Paula Travassos mas gostaria que o conselheiro Jaciano Santiago levasse até a doutora Paula Travassos e ao Secretário Municipal de Saúde as declarações feitas pela própria doutora Paula Travassos referentes a porteiros e as filmagens porque têm uma questão muito grave, pois têm duas unidades que considera unidades mãe da AP-5.1: o CMS Waldyr Franco e a Policlínica Manoel Guilherme da Silveira mas além dessas duas unidades tem outras. Ressaltou que o raio-x do CMS Waldyr Franco está há um ano sem funcionar e das cartozes clínicas não tem sete funcionando com raio-x mas além do raio-x tem as questão dos farmacêuticos. Relatou que essa questão não é da SMS porque foi um processo do sindicato da farmácia federal mas precisam resolver a questão do plantão dos farmacêuticos porque até quando vai isso, mas precisamos solucionar. De que forma, como podemos ajudar, perguntou o conselheiro. Reafirmou que não irá se prolongar porque terão reunião dia 24 de fevereiro e irão tratar desses assuntos na AP-5.1, mas, por favor, o que a doutora Paula Travassos falou a respeito dessas situações, não será o conselheiro que vai dizer que não é isso que ela falou, mas também não é isso que ela disse, ou seja, que está acontecendo na área da AP- 5.1. Caso precise ver tem que ir a AP-5.1 porque irá mostrar tudo o que está acontecendo. O **Secretário Executivo David Lima** agradeceu ao conselheiro Ludugério Silva por ter terminado no tempo determinado. O **conselheiro Jaciano Santiago** respondeu que irá cuidar da questão. Então se dirigindo ao conselheiro Ludugério Silva comentou que a doutora Paula Travassos assumiu há pouco tempo como ela mesma disse e já se prontificou a fazer visitas com o CMS/RJ. Por isso, irá reiterar isso com ela. O **conselheiro Geraldo Batista** disse que o primeiro informe não é um informe, mas sim um esclarecimento. Ressaltou que todos têm visto no RJ TV sobre a questão do Hospital Municipal Pedro II. Por isso, não é um informe porque o RJ TV tem procurado o conselheiro para fazer entrevista, mas como fala para todos, do CMS/RJ, não irá botar sua cara a tapa para ficar dando audiência para a TV Globo ou para qualquer outro jornalista que queira se glorificar ou então, fazer matéria encima da desgraça do povo porque o principal é localizar o filho. Aquele cidadão que apareceu falando sobre o filho dele, que estava há quinze, aquilo foi uma farsa montada porque aquele cidadão foi assessor político do ex-secretário de Saúde, o doutor Carlos Eduardo. O nome desse cidadão é Jorge e, durante muitos anos atuou na área como assessor político de vários deputados estaduais como Jorge Babu e Elton Babu mas hoje está desempregado porque quando o doutor Carlos Eduardo se candidatou e elegeu-se vereador, o senhor Jorge foi seu assessor e ficou trabalhando no gabinete do vereador durante um tempo. Disse não saber o que houve mas o senhor Jorge foi dispensado. Por isso, fantasiou uma situação de que o filho dele que na realidade é enteado, estava realmente com problema de raio-x. O senhor Jorge foi informado que hoje o Hospital Municipal Pedro II é um hospital de urgência e emergência e têm no quadro quatro filiais que geralmente estão envolvidas em problemas de cirurgias, aliás, estavam realmente fazendo cirurgia. Então o caso do garoto não era de hospital de atendimento de urgência mas sim de ir a um ambulatório para fazer toda a preparação e posteriormente voltar ao Hospital para marcar uma cirurgia. Porém, o senhor Jorge não quis fazer isso porque achou que o filho dele tinha que ser operado naquela hora e naquele

momento. Portanto, fez essa fantasia. Então aquilo foi uma farsa montada, pois o conselheiro conhece bem a pessoa e sabe. Tem que dar o ônus a quem realmente tem razão porque não houve falta de atendimento e o filho dele não estava internado há dias no hospital. Tudo aquilo que o senhor Jorge fez voltou de forma negativa porque achou que se colocasse na mídia iria conseguir alguma coisa, tanto é que o garoto, hoje, está andando de muleta e percorrendo toda a área, tomando cervejinha ora em um lugar ora em outro. O que não está incomodando em nada a cirurgia que vai ter que esperar fazer em um ano ou dois anos. Esclareceu que agora dará um informe porque as coisas que estão acontecendo na base estão sacrificando as pessoas e criando, hoje, uma situação a ponto de pessoas quererem ir quebrar a Prefeitura e bater no Prefeito mas tem que ser justo a César o que é de César a Deus o que é de Deus. Sobre o outro informe, disse que recebeu com satisfação e também com certa saudade porque tem que valorizar o servidor público que atua na área da AP-5.3; a notícia de que a servidora pública Ana Carla Bicalho que durante muito tempo foi a Subsecretária de Saúde da Coordenadora Leila Marinho, vai deixá-los. Então deixou registrado para que a SMS dê toda a assistência a servidora Ana Carla Bicalho na nova gestão que vai participar porque é uma servidora que durante o tempo em que esteve com os conselheiros foi excelente na prestação de serviços, sempre ocupada e voltada em dar assistência. Informou que merece que o CDS da AP-5.3 e seu presidente, que é o próprio conselheiro, lembrem dela como uma servidora de grande importância para a AP-5.3, mas que o pessoal do local para onde está indo, saibam que estão ganhando uma grande pessoa que além de humana é uma servidora que sabe muito bem como tratar dos assuntos. Por isso, deixou registrado no CMS/RJ que a servidora Ana Carla Bicalho tenha sucesso na nova gestão porque merece tudo que possa acontecer de bom porque o servidor público tem que ser valorizado nesse momento desse voo mais alto dele. Finalizando agradeceu. O **Secretário Executivo David Lima** agradeceu em nome dos servidores. O **conselheiro Geraldo Batista** pediu desculpas porque cometeu uma gafe já que trouxe para acompanhá-lo até o CMS/RJ, seu amigo, o senhor Paulo Manguariba mas quase se esqueceu de apresentá-lo como seu futuro suplente no CMS/RJ e, agora, vice-presidente do CDS da AP-5.3. Logo após disse: senhor Paulo Manguariba seja bem-vindo para que conheça um pouco dos seus próximos compromissos. A **Presidenta Fátima Lopes** agradeceu e desejou boas vindas ao senhor Paulo Manguariba. Em seguida, perguntou ao conselheiro Geraldo Batista quem era o outro convidado que o acompanhava. O **conselheiro Geraldo Batista** respondeu que é o senhor Expedito, usuário e que os acompanhou até o CMS/RJ. A **Presidenta Fátima Lopes** também desejou boas vindas ao senhor Expedito. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezessete horas e cinquenta e um minuto e eu **Marcelo Dionízio Gomes** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Marcelo Dionízio Gomes

Maria de Fátima Gustavo Lopes